



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 954/2015	DATA: 22/6/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa de São Paulo - SP.	INÍCIO: 19h32min	TÉRMINO: 22h52min	PÁGINAS: 75

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LECI BRANDÃO - Deputada Estadual. DOUGLAS BELCHIOR - Representante do Instituto UNIAFRO. ALTAIR GONÇALVES - Ator e rapper. EDGAR MOREIRA DA SILVA - Professor e Procurador de Justiça do Estado de São Paulo. BRUNO RAMOS - Representante da Liga do Funk. TAMIRES GOMES SAMPAIO - Representante da Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN. JOSELÍCIO FREITAS DOS SANTOS JÚNIOR (JUNINHO) - Representante do Círculo Palmarino. WESLEY MACHADO DA SILVA - Representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. ROSA MARIA ANACLETO - Representante da UNEGRO. CARINA VITRAL - Presidenta da União Nacional dos Estudantes. WHELDER DE ARAÚJO BARROS DE JESUS - Coordenador do Projeto Terça Afro e do Projeto Juventude Viva.
--

SUMÁRIO

Audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para levantamento de informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Violência contra Jovens Negros e Pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve manifestação na plateia.



A SRA. COORDENADORA (Deputada Leci Brandão) - Boa noite a todos e a todas.

Informo a todas as pessoas que estão aí que há cadeiras laterais e lá atrás. Eu preciso confessar a vocês que eu caí de paraquedas aqui agora. Por quê? Eu não sou mais da Comissão de Direitos Humanos. Teríamos que ter presente aqui um Deputado desta Comissão, como não veio ninguém, eu falei: “*A gente abre*”.

Eu sou da Educação e Cultura, mas vou dar as boas-vindas para os Deputados Federais da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar as causas, as razões, as consequências, os custos sociais e econômicos da violência, da morte e do desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Violência contra Jovens, Negros e Pobres — esta é a CPI que está vindo de Brasília para cá. E eu quero, rapidamente, chamar o Presidente desta Comissão, do PT de Minas Gerais, Deputado Federal Reginaldo Lopes (*palmas*); quero chamar a Relatora, Deputada Federal Rosangela Gomes, do PRB do Rio de Janeiro (*palmas*); a Deputada Federal Mariana Carvalho, de Rondônia (*palmas*); o Deputado Delegado Edson Moreira, do PTN de Minas Gerais (*palmas*); o Deputado Orlando Silva, do PCdoB de São Paulo (*palmas*); o Deputado Alencar, do PT de Guarulhos (*palmas*); e, também, o Secretário Municipal da Igualdade Racial, Maurício Pestana, que tomou posse ainda há pouco (*palmas*).

Deputado Reginaldo Lopes, dei as boas-vindas para o senhor e para os outros Deputados. Agora, o senhor comanda, porque esta missão é da CPI.

Está instalada a CPI. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Uma boa noite para todos e para todas.

Vamos compor a Mesa com todas as lideranças que vão falar, para podermos dar dinâmica. O mais importante é ouvir os convidados e, também, o Plenário, viu Deputado Orlando? Estamos à disposição. O dia é longo, a noite é longa para ouvir todos, não é, Deputada Rosangela? Então, eu já vou aproveitar para compor a Mesa. Temos várias cadeiras aqui atrás, na hora que cada um for falar, usa a tribuna.

Quero convidar todos os que estão presentes e foram convidados para falar. Para falar pela UBES — União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Wesley



Machado da Silva, representando Bárbara Melo, Presidente da UBES (*palmas*); Carina Vitral, Presidente da UNE (*palmas*); Rosa Maria Anacleto, Presidente da UNEGRO de São Paulo (*palmas*); Deputada Leci Brandão, que já está nos acompanhando desde cedo (*palmas*); Déborah Silva, do Movimento Mães de Maio (*palmas*); Joselício Freitas dos Santos Júnior, Juninho, nosso amigo do Círculo Palmarino (*palmas*); Whelder de Araújo Barros de Jesus, Articuladores da Juventude de São Paulo (*palmas*); Tamires Sampaio, da Coordenação de Entidades Negras (*palmas*); Edgard Moreira da Silva, Procurador de Justiça do Estado de São Paulo (*palmas*); Gabriel Medina, Secretário Nacional de Juventude (*palmas*); Ângela Guimarães, Presidenta do Conselho Nacional de Juventude (*palmas*); Ênio Moreira da Silva, professor, advogado e historiador (*palmas*); Pedro Paulo Pereira (Mano Brown) (*palmas*); Altair Gonçalves (Rapper Thaíde) (*palmas*); Cláudio Silva, Coordenador de Política para a Juventude da Prefeitura de São Paulo. (*Palmas.*)

Várias entidades aqui se manifestaram dizendo que querem fazer uso da palavra, mas peço a todos que desejam fazer uso da palavra, após a fala da Mesa, que se inscrevam com o nosso Secretário, Robson Coutinho, esse moço simpático. Ele vai garantir as inscrições. Então, já considerem abertas as inscrições para as intervenções.

Desculpem-me, porque há mais convidados para falar. Inclusive eu quero fazer uma fala rápida, mas antes eu quero receber aqui o Douglas Belchior e a Beatriz Lourenço que vão entregar documentos à CPI.

Então, eu quero convidá-los, Douglas e Beatriz, para estarem juntos à Mesa, fazer a entrega do documento e usarem inclusive da palavra. Já estão aqui? (*Pausa.*) (*Palmas.*)

Com a palavra o Sr. Douglas.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR - Muito obrigado.

Está aqui comigo o Júnior, do Levante Popular da Juventude, que, em nome também das organizações, em nome da UNIAFRO, vai entregar um documento para vocês.

Júnior, você quer fazer alguma consideração, enquanto eu arrumo os documentos?



O SR. JÚNIOR ROCHA - Enquanto o Douglas arruma aqui os documentos, eu vou falar. Era para vir a Bia, mas eu vim no lugar dela. Ela está resolvendo algumas questões pessoais com a família.

Eu sou Júnior, do Levante Popular da Juventude, Zona Leste de São Paulo.

Bom, o Douglas está arrumando os documentos aqui; a Bia foi para Brasília falar na CPI. Eu não vim preparado para isso, vim correndo do trabalho, mas nos felicita muito ver tanta gente dos nossos aqui.

Este é um espaço em que a gente não costuma estar muito, mas só essa presença aqui já dá o recado que essa juventude quer viver, que essa juventude não está aí para a morte, que essa juventude não está aí para ser encarcerada, que essa juventude está aí para produzir boas coisas, para viver, para ter uma vida mais plena do que a que tem hoje, uma vida sem a polícia batendo à porta de nossos barracos, chutando porta, uma vida sem a polícia matando gente — (*manifestação nas galerias (palmas)*) —, uma vida sem FEBEM, sem Fundação Casa, uma vida em que a gente possa estudar, comer bem, viver bem e ter uma vida mais plena.

Eu estou vendo vários rostos conhecidos aqui e vários que eu não conhecia. Isso também é bom, porque vem chegando gente nova para a luta. E o recado está dado. Por enquanto, a gente está conversando, mas se a conversa não der, a gente vai para cima.

A gente está aí para viver, a gente vai garantir o futuro dos nossos. Estamos juntos. (*Manifestação nas galerias.*) (*Palmas.*)

O SR. DOUGLAS BELCHIOR - Gente, boa noite! Eu também vou falar bem rápido. Sras. e Srs. Deputados, autoridades aqui da CPI, senhoras e senhores, me deram a tarefa de entregar um apanhado de documentos que os movimentos, nesses últimos anos, têm protocolado e insistido junto ao Governo do Estado de São Paulo.

Mas é assim: primeiro, a plateia aqui, que veio participar, é uma galera que está na luta há tanto tempo alcaguetando o Estado, denunciando mortes, há tanto tempo, e de uma maneira tão difícil, tão não ouvida, tão ignorada, que os poderes constituídos tinham que se sentar e ficar o resto da vida ouvindo o que cada um aqui tem para falar, porque milita, porque mora, porque vive a desgraça — e eu chamo de desgraça porque, talvez, não tenha outro conceito —, que é viver sob a égide de



um Governo fascista, racista, autoritário, genocida e que está no Poder no Estado de São Paulo, emendando com a ditadura militar de 1964.

Não vivemos democracia em São Paulo. Se não vivemos no Brasil uma transição, mas nem perto de uma transição real que devolveu ou, se é que podemos considerar que em algum momento da nossa história vivemos democracia, São Paulo está muito, mas muito longe daquilo que significaria razoável.

Depois da ditadura militar, nós tivemos aqui Franco Montoro, Quéricia — me ajudem aí, gente —, Fleury, depois, Covas, Serra, Alckmin, Serra, a mesma turma fascista que trouxe para o Governo senhores da cúpula (*palmas*), inclusive com o aval, com a anuência daquilo que deveria ser um espaço de proteção na sociedade, que é a Procuradoria de Justiça do Estado de São Paulo, e que ocupa espaço nos governos para maquiagem e para esconder os crimes que este Governo implementa e coloca contra o povo preto, desde sempre.

Então é só para lembrar que nada do que a gente está falando aqui é novidade, porque a gente reclama disso, desde sempre, há 515 anos. Esse papo de preto vir falar para branco, de pobre vir falar para rico, de trabalhador vir falar para o Poder que a gente está morrendo, está passando fome, que a polícia está chegando batendo, estourando, prendendo, torturando, há 515 anos, não dá mais! O diálogo precisa ter um limite. A gente precisa se organizar, inclusive para recusar o diálogo, quando a gente sabe que esse diálogo é só para maquiagem, são mudanças para a permanência da desgraça de nosso povo.

Então, falado isso, outra questão importante, que eu acho importante reivindicar aqui, porque os movimentos, especialmente o Movimento Negro no Brasil inteiro reivindica o estado de calamidade que a gente vive de genocídio. Há uma repulsa, uma negação do Estado em reconhecer que a gente vive, sim, um genocídio.

Os movimentos construíram um conceito para justificar porque a gente chama de genocídio. Estou com uma cartilha construída por movimentos sociais aqui de São Paulo, e eu quero ler para vocês, na íntegra, que a gente diz que é genocídio o que significa para a gente genocídio.

“O genocídio da juventude negra é um termo utilizado para designar crimes que têm como objetivo a eliminação da existência física de grupos étnicos, raciais ou



religiosos, e também os aspectos simbólicos e da defesa da ideia da terra como um bem coletivo, a partir de valores de terreiros tradicionais, quilombolas, indígenas, todos são vítimas do extermínio.

No Brasil, mais da metade dos homicídios atinge...”

Eu estou ouvindo um batuque. A gente tem que respeitar o batuque. Desculpem-me.

(Manifestação nas galerias.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito bem, uma salva de palmas! *(Palmas.)*

(Manifestação nas galerias: Não, não, não! Não à redução!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado à União Brasileira dos Estudantes, à União da Juventude Socialista. *(Palmas.)*

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k., obrigado. Vamos voltar a palavra ao Douglas.

Temos vinte e poucos oradores inscritos. Depois, vamos abrir para o Plenário, que é o mais importante da vinda da CPI a São Paulo.

Com a palavra o companheiro Douglas, por 2 minutos, para concluir.

O SR. DOUGLAS BELCHIOR - Eu vou concluir com a repetição do que a gente faz há 500 anos aqui.

Eu estava lendo o conceito de genocídio, porque isso é importante, companheiras. Se for possível sair algo positivo desta CPI — se é que é possível —, que saia nos termos em que o movimento defende e não nos termos em que o Estado aceita.

“No Brasil, mais da metade dos homicídios atinge pessoas jovens, sendo que, nesse grupo, a maioria esmagadora é de jovens negros. O crime contra jovens negros aumenta, enquanto para jovens brancos diminui, o que constitui e comprova a ação dirigida à população negra brasileira. Aliás, no debate de conceito internacional sobre genocídio, defende-se que, para se caracterizar como genocídio, precisa ser algo pensado, construído, elaborado de maneira sistemática pelo Estado para atingir determinado grupo.”



No entanto, eu pergunto: para as mães, que perdem seus filhos mortos pela polícia, interessa saber se o Estado quis ou não matar o filho dela? Se atiraram por querer ou sem querer, se a bala era achada ou perdida? Interessa? Pois, se não interessa, pouco importa esse conceito. Importa que, no resultado, o que aparece é a população negra como a maior parte daquelas que são assassinadas pelo Estado.

Alguns dizem: *“Ah, mas tem violência civil no Brasil!”* Tem! O Governo do Estado de São Paulo, os governos constituídos pelo País nesses anos todos promoveram a morte, maioria negra, pela sua força armada, com promoção direta e, por outro lado, a violência civil é provocada, estimulada e não resolvida pelo próprio Estado. Portanto, é também responsabilidade do Estado a violência civil. Então, se tem mãos oficiais que matam e mãos civis que matam, são mãos a serviço, e a partir da ação do Estado. Portanto, o Estado brasileiro é, na nossa defesa, um Estado genocida.

Vou entregar um apanhado, Sras. e Srs. Deputados, autoridades aqui, de documentos. Vou começar por um, que foi protocolado nesta Casa, na ALESP, para quem está vindo hoje e tal. Gente, esse exercício de vir aqui falar para os Deputados, quando eu nasci, já tinha gente fazendo. Quando eu e o Juninho começamos a fazer juntos, já tinha gente fazendo. E nós estamos ficando velhos fazendo.

Esse calhamaço de documentos aqui que vocês estão vendo, senhoras e senhores, são dois documentos em um. Metade disso aqui é um dossiê promovido, construído por todos os movimentos — praticamente todos que estão aqui, estão aqui os representantes do Comitê contra o Genocídio — foi protocolado nesta Casa, no dia 10 de junho de 2010.

Desse documento, surgiram outros como respostas do Governo do Estado às perguntas que nós fazíamos sobre o aumento do percentual dos crimes cometidos pela polícia e que vem crescendo ano a ano. Esses documentos nunca foram respondidos da maneira como deveriam pelo Estado brasileiro, seja pela Promotoria Pública em São Paulo, seja pela ALESP, seja pelos Governos Estaduais de São Paulo, seja em âmbito federal. E há outros protocolos aqui de várias frentes de luta e dias de mobilização em que a gente repetia, porque, a cada semana, se a gente tiver fôlego, vai ter um documento novo com 3, 4, 10, 15 nomes de jovens negros



mortos pela polícia. E se tivesse fôlego para isso, teria todo dia um ato e todo dia um documento denunciando o que a gente já sabe que acontece. Portanto, a gente faz um exercício de teimosia, quase de fé, em entregar, uma vez mais, os documentos a quem dirige o Estado brasileiro.

Nós estamos aqui para dizer o seguinte: ou param de matar a juventude negra, ou nós estamos nos comprometendo radicalmente com o futuro deste País. Não podemos deixar que esse projeto racista de extermínio da juventude negra e do povo negro brasileiro permaneça, pois se estende desde 1500, desde o primeiro pé branco da invasão europeia neste País, e continua agora, com o Parlamento mais reacionário e racista que nós vivemos no nosso período. E eles, então, criam fórmulas para continuar matando, seja por bala, a morte direta, seja por encarceramento e criminalização, especialmente da juventude negra brasileira.

Galera, chega de racismo! A gente não aguenta mais! Basta! *(Manifestação nas galerias.) (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço à Deputada Rosângela e ao Deputado Orlando Silva que recebam das mãos de Douglas e de Júnior os documentos que serão anexados ao relatório e às notas taquigráficas. Deputado Orlando Silva e Deputada Rosângela Gomes, por favor. *(Palmas.) (Pausa.)*

Vou passar a coordenação dos trabalhos ao responsável pela vinda da CPI ao Estado de São Paulo, Deputado Orlando Silva. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Pessoal, a começar pelo Presidente da CPI, que vai ser o próximo a usar da palavra, nós vamos ter que firmar um acordo aqui entre nós. Há muitos movimentos, há muitas lideranças, há muita gente que tem muita coisa a dizer, há familiares de vítimas da violência que essa reunião tem que ouvir.

E, para que todos falem — nós somos daqueles que defendem que todos falem —, nós temos que falar pouco, certo? Se cada um de nós falar um pouquinho, dá para todos falarem. Firmeza?

Então, vamos fazer uma votação.



Quem concorda com o tempo de 3 minutos para cada orador, levante a mão?
(*Pausa.*) Pronto.

Quem é contra? (*Pausa.*)

Quem se abstém? (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade, o tempo de 3 minutos para cada orador.
(*Palmas.*)

Vamos passar a palavra ao nosso companheiro Reginaldo Lopes.

Alguém me disse que está entre nós um artista importante, *rapper* mineiro quase paulista, Flávio Renegado. Cadê ele, está por aqui? (*Pausa.*) Chegue, Renegado. Se estiver por aqui, chegue até nós.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Pessoal, boa noite! Serei bem breve, 3 minutos, não é isso, Deputado Orlando?

Primeiro, eu quero dizer que a CPI é uma conquista histórica dos movimentos negros, é uma conquista de mais de 30 anos de luta. O Movimento Negro no Brasil tem denunciado sempre o extermínio, o genocídio de jovens negros no País. Então, primeiro eu quero partir dessa compreensão.

Segundo, quero também dizer ao Douglas que, em minha opinião — e nós trabalhamos para que o conjunto de membros da CPI também defina isso no relatório —, há um genocídio de jovens negros no Brasil. Isso é extremamente importante para que nós possamos, a partir dessa definição, garantir um conjunto de políticas afirmativas.

Também quero dizer que, para mim, o conceito de genocídio se soma aos índices estarrecedores de violência no Brasil contra jovens negros e pobres, índices de 80%! Então, só por esse índice, nós podemos dizer que “sim”, que há um genocídio, mas nós também trabalhamos com a compreensão da morte simbólica, que há mais de 500 anos, desde quando havia o trabalho escravo e com a abolição do trabalho escravo, o Brasil não fez reparação de danos aos negros e aos pobres, não é? Portanto, há uma morte simbólica no Brasil. O Estado brasileiro é responsável por essa morte simbólica, que é tão ou igualmente perversa às mortes físicas e que deixam as mulheres — mães, avós e viúvas — duplamente vítimas. Elas nunca desistiram de seus filhos e nunca desistiram de pedir justiça para que o



Brasil possa reconhecer e mudar essa dura realidade que compromete o processo civilizatório brasileiro e que compromete a nação brasileira.

Também queremos propor, além de sermos sensíveis, alguns deslocamentos de competência de casos emblemáticos não resolvidos, mas o mais importante é que a CPI possa apontar para o futuro, para construir um novo Brasil. Portanto, nós trabalhamos com a ideia de fazer um novo sistema federativo republicano sobre segurança pública compartilhado, e que o cidadão seja responsável pela elaboração da política sobre segurança. É uma vergonha os Constituintes não terem tido coragem de definir na Constituição a concepção sobre ordem pública. E, na ausência da ordem pública, pode tudo contra negro e contra pobre. Contra os ricos vale tudo, inclusive as impunidades e os crimes de colarinho-branco.

Portanto, nós queremos também obrigar os Estados, os Municípios e a União, a cada 10 anos, a convocar o seu povo a definir suas estratégias e suas metas sobre segurança pública. Nós queremos fazer isso de forma constitucional.

O Presidente desta Casa assumiu um compromisso com vários Deputados que estavam na reunião — todos os Deputados estão aqui, além da Deputada Leci Brandão — de constituir amanhã uma Comissão Especial na Assembleia Legislativa para construir um plano estadual de enfrentamento a homicídios no Estado de São Paulo (*palmas*), porque não queremos terminar este ato e encerrar. Nós queremos, com este importante ato político da CPI, transformar o movimento em favor da vida dos negros neste País para combater a impunidade no Brasil. Portanto, esperamos que os Deputados — o Deputado Chico Alencar está aqui também — possam cumprir um calendário, juntamente com os movimentos sociais, com os movimentos que atuam com a temática de enfrentamento ao genocídio, para construir uma política que seja do tamanho do coração do povo de São Paulo, sem nenhum preconceito e que venha combater tamanha injustiça que abate os nossos negros.

Então, temos muito trabalho pela frente. Vocês podem ter certeza de que vamos concluir o trabalho da CPI apontando para a questão do genocídio e apresentando um conjunto de proposições legislativas, um conjunto de proposições ao Poder Executivo. E mais do que isso: imediatamente nós voltaremos a São Paulo para apresentar a PEC sobre sistema republicano federativo sobre segurança pública, mas nós queremos apresentar um plano estratégico para os próximos 10



anos no Brasil, o qual eu, pessoalmente, defendo. Qualquer política de planejamento terá de mudar, nos próximos 10 anos, o índice que hoje é de 60 mortes para cada 100 mil, superior a todas as guerras civis no Brasil, para um índice de um dígito, ou seja, menor que dez. O Estado e o povo brasileiro têm que dar conta de diminuir esses índices em 10 anos, como são os índices dos países civilizados.

Para mim, esse é o grande objetivo da CPI: acompanhar e monitorar o Estado brasileiro para que honre essa meta que é fundamental para preservar 600 mil vidas, a cada 10 anos, se conseguirmos essa redução.

Então, quero deixar um abraço a cada um de vocês. Quero dizer a todos que vocês não estão sozinhos.

E quero dizer ao Douglas: se o Estado brasileiro não der conta, pode contar comigo que eu estou na rua para denunciar esse racismo dissimulado que reina na sociedade brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Muito bem, Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes!

Pessoal, essa reunião é o encerramento das atividades que começaram hoje cedo no Jardim Rosana. Muita gente deve se lembrar de que, há mais ou menos 2 anos, houve uma chacina daquelas barra-pesada no Jardim Rosana. E entre os nossos companheiros que tombaram estava o DJ Lah.

Conversamos hoje com a Débora, que era companheira do DJ Lah. Fizemos uma reunião na Associação Comunitária do Jardim Rosana. Na sequência, nós fomos visitar a Fim de Semana, no Jardim São Luiz. Vocês devem se lembrar da chacina que aconteceu, há mais ou menos 3 meses, em diferentes pontos do Jardim São Luiz. Em uma noite, foram onze. Não deu tempo de chegar a Parelheiros, onde, em menos de 1 mês, aconteceu outra chacina.

Então a CPI, como o nosso Presidente falou, foi constituída, primeiro, para colocar um holofote a fim de dar visibilidade à maior tragédia que o Brasil vive, nesse momento, que é o genocídio da juventude negra e pobre.

O objetivo da CPI, nesse momento, quando nós abrimos para dialogar com a sociedade, é colher não só denúncias, não só depoimentos de famílias, porque, para nós, não adianta olhar as estatísticas, porque pessoas não são apenas estatísticas.



Há mães, filhos, filhas, irmãos, irmãs, companheiros, companheiras que estão por trás dos números analisados nas pesquisas sociológicas.

O que nós queremos é dar vida, colocar um pouco de vida no debate sobre a violência que existe no Brasil de hoje. É superimportante esse momento. Por isso, nós vamos pedir muito a todos que participem, mas, para todos participarem, é bacana que cada um fale no limite, a fim de colhermos o máximo de informações.

Tudo que nós estamos falando aqui está sendo registrado, está sendo gravado. Nossa Relatora, Deputada Rosangela Gomes, vai levar em conta tudo o que for dito aqui, para que a Comissão possa preparar um plano de enfrentamento. Por isso, é muito importante a participação do maior número de pessoas possível.

A ideia que eu estou tendo aqui é a de revezar. Fala alguém que está aqui, fala algum representante que está aí. Assim, nós vamos animando e construindo uma atividade superparticipativa.

Esse evento está sendo coberto pelos jornalistas livres. Eu queria agradecer à turma dos jornalistas livres, que é a nossa mídia, que vai dar visibilidade para o que vai ser feito aqui. *(Palmas.)*

Aqui há pessoas que representam a Secretaria da Igualdade Racial, inclusive o Lindivaldo está aqui acompanhando conosco. Há dois Subprefeitos, Alcides Amazonas, da Sé, e Elder Vieira, de Jabaquara. Está aqui a representante da OAB, Gislaíne Caresia, Secretária da Comissão Especial da Mulher Advogada. E eu vou falar de outras pessoas que estão participando desse nosso evento ao longo do tempo.

Gostaria de convidar agora um mano, que tem história e tradição no combate à violência contra o nosso povo, o DJ Thaíde. *(Manifestação nas galerias.) (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Opa, opa, opa, volta, volta, volta. É *rapper*, ele faz rimas, Thaíde! *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, antes eu quero entregar à Relatora a carta do André Luiz, do Movimento *Hip Hop* de São Paulo.

O SR. ALTAIR GONÇALVES - Boa noite a todas e a todos.

Vou falar rapidinho, porque eu tenho que sair para outro compromisso.

Nasci em 1967, no finalzinho da década de 60, já pegando a década de 70. E eu me lembro de, nitidamente, nitidamente, muitas, muitas, milhares de vezes,



quantas vezes a porta do nosso barraco caía em cima de mim, caía em cima da minha mãe, caía em cima das crianças que estavam dormindo no chão, justamente porque todos acordavam com o barulho do coturno do PM em nossa porta. Isso aconteceu várias, várias vezes, muitas vezes.

A gente tinha um barraco enorme, grande, branco com uma maçã vermelha. Era muito bonito o barraco! Então, era conhecido como o barraco da maçã, mas nem essa maçã ajudou a gente, entendeu? Eu comecei a crescer e perguntava às pessoas por que aquilo acontecia, não é? Tinha bandido na nossa família? Claro que sim. Eu sou um favelado, entendeu? E favela, naquela época, era bem pior, esteticamente até falando, do que hoje.

Outra coisa: naquela época não tinha celular com Internet, não tinha Internet, não tinha câmera para todo mundo. O que acontecia ficava dentro do barraco, dentro da viela, embaixo do córrego, na esquina, em qualquer lugar, menos na grande mídia. E todas as vezes em que alguém falava alguma coisa, era coisa de preto. Era um preto, um negro, uma negra querendo chamar a atenção. Sempre, sempre foi assim.

O tempo foi passando, e eu achava que, para conquistar o respeito, eu tinha que ser bandido ou policial. Bem, policial eu já não queria ser, porque eu já via o resultado. Aí as pessoas perguntam para mim: “Ah, então você é do lado dos bandidos?” Não é que eu seja do lado dos bandidos. É que eles me respeitavam, respeitavam a minha família, porque eles nasceram no mesmo lugar, sofriam as coisas que só quem vivia lá sofria. E as coisas foram mudando, as coisas foram mudando.

Graças a Deus, chegou o momento em que eu conheci a cultura *hip hop*. Graças a Deus! Eu tomei um novo rumo, eu encontrei uma alternativa. Eu achava que eu ia ter que viver aquilo para sempre.

Eu achava que, com 40 anos — hoje eu tenho 47, graças a Deus —, com 40 anos, eu ia ter que ficar passando por aquilo ainda, porque ninguém me ouvia, porque eu sou neguinho pequenininho. Muitas vezes, muita gente me chamava de desnutrido, subnutrido, ninguém me dava atenção. Eu estudei até a terceira série primária. As pessoas me chamavam de negro analfabeto. Então, quando eles



sentiam que de um lado não conseguiam me atingir, eles vinham pelo outro lado. Então, eu ganhei chicotada, tiro, pontapé, murro, mordida, por todos os lados.

Eu aprendi uma coisa — e quem me ensinou isso foi uma mulher, a minha mãe — e isso ninguém vai tirar de mim. Ela me disse que só estava viva — disse que só tinha tido 32 filhos, porque era minha avó e me criou como se eu fosse seu filho, porque nós somos sempre o segundo filho, não é? —, e que o que a manteve viva foi o orgulho de ser negra e que eu tinha que ter esse orgulho também. Minha mãe era analfabeta! (*Palmas.*) Ela era analfabeta e ninguém a enrolava na matemática. Podem ter certeza disso. Ninguém a enrolava na matemática! E eu perguntei para ela: *“Em todo lugar que a gente vai, para onde a gente olha, para onde a gente quer correr, tem sempre alguém falando para a gente que não pode, que tem um certo limite...”*

Confesso a vocês que acreditava que o direito que eu tinha era de chegar, sair da minha casa, ir até a avenida principal do meu bairro e voltar. Achava que eu não tinha o direito de ir mais além.

E o que me fez acreditar mais ainda — eu não devo acreditar nisso — foi uma vez em que eu estava dançando *break*, no centro da cidade, em 1984. Estava voltando para minha casa e aí veio um policial civil, pôs a mão no meu ombro e disse: *“Não corre, não grita. Você está preso.”* Eu estava dançando. Ou seja, o negro já “dança” há muito tempo, há muitos séculos. Essa é a pura realidade. Certo?

Então, fico pensando: até quando isso vai acontecer? Eles sempre têm uma desculpa. Uma hora é porque você não estudou muito, aí você não sabe falar e não é informado; outra hora, porque você é macumbeiro, pode fazer macumba para alguém; outra hora, porque está dançando na rua, você é maloqueiro; outra hora, você vai ganhar menos. Por que você vai ganhar menos? Porque você é negro.

Então, a gente não tem outra desculpa, não tem outra desculpa! Eu posso ir para onde eu for, posso fazer o que eu quiser, posso arrumar o emprego que for, posso morar em qualquer país do mundo, mas nunca vou deixar de ser negro, principalmente porque sei que esses problemas nunca vão acabar. E quando o negro achar que acabou o problema, ele deixa de ser negro, porque o que chama a atenção para todo tipo de doença no mundo dos racistas é justamente a cor da nossa pele, a nossa etnia, a nossa cultura que eles nunca vão ter e têm inveja.



Entendeu? A gente toca tambor não para mostrar que nós somos bons de ritmo, mas porque a gente louva nossos antepassados, os nossos orixás. Mas a gente também reza, sabe ler a Bíblia.

Então, eu digo a todos vocês, principalmente para essa molecada aí que acha que vai ser jovem para sempre. A gente não é jovem para sempre. Você pode manter o seu espírito jovem. Por fora, a gente tem que envelhecer, até para mostrar experiência.

Agora, nós não temos que retribuir isso com racismo. Olhem aqui: quantos brancos estão nos apoiando? E sempre foi assim. São pessoas inteligentes, pessoas que lutam pela paz e pela união. Agora não podemos fazer parte, não podemos devolver com a mesma doença essa doença chamada racismo. Eu estou aqui para batalhar, para combater do jeito que der, não importa como seja. De braços cruzados, apenas em cima do palco, fazendo *rap* é que eu não vou ficar. Podem ter certeza disso. (*Palmas.*) Vocês podem ter certeza disso! (*Palmas.*)

Essa parada aí, em minha opinião — eu vou falar rápido, porque há tempo para todo mundo e tenho que ir embora —, vejo tudo isso como uma grande armadilha, uma grande armadilha! Sabem como é? A gente sabe muito bem a capacidade que tem de desenvolver qualquer coisa. Qualquer coisa que se apresentar. “*Olha, faça tal coisa.*” E a gente vai desenvolver. Porque somos inteligentes. Agora essa foi uma grande armadilha. Foram dando corda, foram não dando espaço para a cultura, para a educação, sabem como é, para cursos profissionalizantes de verdade, de verdade mesmo! E, aí, o que aconteceu? Muitos dos nossos começaram a acreditar que a única saída fosse a criminalidade, como eu pensei um dia, e assim como muitos pensam também. Isso é uma grande armadilha. Essa armadilha acontece porque vendem para a gente um monte de herói que não existe. Pelo amor de Deus! Não gosto nem de falar muito nesses nomes.

Agora, vejam bem. Uma vez me ofereceram uma medalha chamada Medalha Padre Anchieta. Foi o Deputado Genésio que me ofereceu. Eu recusei na hora. Eu não posso andar por aí com uma Medalha Padre Anchieta no peito, porque ninguém pesquisa o que ele fez com os indígenas, quando ele chegou aqui ao Brasil querendo catequizar. Isso se estende hoje ao ódio religioso. (*Palmas.*) Ou seja, nós



não podemos ser o que nós somos, nós temos que ser aquilo que a sociedade quer. Então, não é uma sociedade democrática. Eles querem que os negros continuem sendo sempre os mesmos empregados analfabetos da história.

Essa história foi mal contada. Essa história foi escrita por brancos. Não vejo nenhum negro contando a história do negro. Eu gostaria que as escolas tivessem como matérias a música e a história do negro também.

Vamos tomar vergonha na cara e vamos lutar por isso aí, falou rapaziada? Violência não está com nada! (*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu Thaíde! Pessoal, agradeço aqui à turma presente, ao Coordenador Estadual da Juventude do Governo do Estado, Cleuder de Paula; ao Presidente do PCdoB, Jamil Murad; ao Presidente do Comitê de Preservação da Memória Corinthians, Ernesto Teixeira; e ao André Moraes, representante da Kizomba Nacional, pela vida das juventudes dos povos tradicionais de matriz africana e terreiro. (*Manifestação na plateia.*)

Pessoal, uma vez mais eu vou dar ideia de que a gente precisa condensar, senão vai chegar uma hora em que não vai dar para todo mundo falar, certo? Então, vai ter alguém ali ao lado do microfone para lembrar ao companheiro ou companheira que está na hora de acabar. Beleza?

Eu vou chamar o Professor e Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, o Dr. Edgard Moreira da Silva, e depois o Bruno Ramos, da Liga do Funk. Preparem-se para falar.

Enquanto o professor chega, registro a presença de Gilson, Gerson e Carlos, da Articulação Política de Juventudes Negras; o Tonhão, Presidente da FACESP — Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo; o Marquinho Jaca, da Associação de Comunidades de Samba e Sambistas do Estado de São Paulo.

Prof. Edgard Moreira, por favor.

O SR. EDGARD MOREIRA DA SILVA - Boa noite a todos. Minhas senhoras, meus senhores, primeiro, sinto-me honrado por estar aqui presente com as autoridades e pelo convite que me foi formulado. Depois de mais de 30 anos trabalhando no Ministério Público em defesa da sociedade paulista e brasileira, é uma oportunidade de não só aprender, mas também de passar um pouco da nossa experiência, ainda mais nesse setor em que eu atuo há muitos e muitos anos, que é



justamente a defesa dos interesses difusos e coletivos, aqueles interesses fundamentais da sociedade e da comunidade.

Essa questão da violência contra negros e pobres, que aflige muito a nossa sociedade, ampliou-se ao longo de 2 décadas, 3 décadas, principalmente porque a família foi esgarçada e porque a mãe, a mulher, que é, na verdade, quem conduz a família, quem dá a formação básica para os nossos filhos, viu-se obrigada a sair para buscar a sobrevivência, o leite dos seus filhos, o dia a dia dos seus filhos, e acabou exatamente vendo os filhos largados na violência.

A violência somente será evitada se o Estado se preocupar efetivamente em dar condições a essas famílias, a essas pessoas, para poderem buscar a sua sobrevivência. É a participação efetiva do Estado, ou seja, pela educação, propiciando às crianças educação, preferencialmente em tempo integral, para que pobres e negros possam ter oportunidade de evoluir, de ascender e de conseguir trabalho digno, com formação profissional digna.

Se a escola, se a educação não chegar em tempo integral às comunidades negras mais pobres, elas terão poucas oportunidades. É preciso ter saúde para o pessoal, e o Estado deve permanecer com saúde efetiva, o tempo todo, para atender as pessoas mais pobres, e, com isso, ser possível elas conseguirem se afastar do crime, porque, se não for assim, não haverá chance nenhuma para elas.

Então, para nós, a chance é esta: o Estado ocupar esse espaço efetivamente, com educação, com saúde, com polícia comunitária, ouvindo as comunidades negras e pobres para sua defesa.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Muito obrigado, Prof. Edgar.

Vai falar agora o Bruno Ramos, da Liga do Funk, e depois a Tamires, da Coordenação Nacional de Entidades Negras. (*Palmas.*)

Bruno Ramos, da Liga do Funk.

O SR. BRUNO RAMOS - Boa noite, família. Fico um pouco indignado por tentarem responsabilizar nossos pais por uma culpa que é do Estado. Esses putos não sabem disso. (*Palmas.*) É embaçado, tá ligado? (*Manifestação na plateia.*)

Eu acho que esse Governo faz jus ao que está fazendo: é uma pátria educadora e não uma pátria exterminadora. Vamos dar o papo para esses putos, tá



ligado? E, como já dizia MV Bill: *“O sistema faz o povo lutar contra o povo, mas na verdade o nosso inimigo é outro; o inimigo usa terno e gravata”* — esses putos que estão no Congresso, uma boa parte que não me representa, tá ligado? — *“mas, ao contrário, a gente aqui é que se mata, através do álcool, através da droga”*.

E emendo na fala em forma de poesia da letra do nosso irmão, poeta, Mano Brown: *“Os ricos fazem campanha contra as drogas e falam sobre o poder destrutivo dela. Por outro lado, promovem e ganham muito dinheiro com o álcool que é vendido na favela. Empapuçado, ele sai e vai dar um rolê. Não acredita no que vê, não daquela maneira: crianças, gatos — é isso aí —, cachorros disputam palmo a palmo — tá ligado? — o nosso café da manhã na lateral da feira. Molecada sem futuro, eu já consigo ver — é o meu caso —, só vai pra a escola pra comer, apenas, nada mais. Como é que vão aprender sem incentivo de alguém, sem orgulho, sem respeito, sem paz”*.

É isso. Estamos juntos, família! Vamos atropelar! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Bruno. Estão aqui, participando do nosso encontro, do CEDECA Madalena, o Renato; a Vanessa Dias, da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, de Campinas; o Centro de Direitos Humanos Sapopemba, da Zona Leste; a Valdênia Paulino Lanfranchi e o Movimento Nacional de Direitos Humanos.

Pessoal, vamos chamar agora a Tamires, que é da CONEN, e, na sequência, o Juninho, do Círculo Palmarino.

A SRA. TAMIRES GOMES SAMPAIO - Boa noite, pessoal. Eu acho que temos de pautar que falar do genocídio da juventude negra, antes de tudo, é falar do racismo estrutural do nosso País.

Como o Douglas comentou aqui, nós temos 515 anos de história que retrata o extermínio da população negra. Então, quando falamos de genocídio da população negra, a redução da maioridade penal e a pedra na cabeça dos povos de terreiros são reflexos dessa sociedade racista, que quer acabar com nosso povo.

Eu acho que grande parte dos movimentos sociais fala que uma onda conservadora está tomando as ruas e os movimentos aqui no País. Antes de tudo, nós temos de pensar que essa onda conservadora é racista, porque o projeto de



terceirização e a redução de direitos da população refletem diretamente na população da periferia, na população negra, nos jovens.

No Brasil, morrem cerca de 30 mil jovens por ano, e 77% desses jovens são negros. E quero dizer que a juventude negra está aqui, está nas ruas, está nas lutas e quer viver. Ela quer o fim da Polícia Militar, ela quer mais cotas nas universidades e ela quer mais direitos.

Estamos aqui na luta, pessoal! É isso! Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Tamires! Pessoal, vamos ouvir agora o Juninho, que é do Círculo Palmarino. O Juninho está aqui juntamente com alguns companheiros que já falei hoje cedo: o Claudinho, da Coordenação de Juventude de São Paulo, e o Paulo Magrão.

Quero agradecer ao Edson, à Rosa, ao Dal Negro, apenas para falar de algumas entidades que, inclusive, ajudaram muito na preparação da atividade hoje cedo.

Então, Juninho, do Círculo Palmarino. E, na sequência, vamos ouvir o *rapper* Flávio Renegado. Vai Juninho.

O SR. JOSELÍCIO FREITAS DOS SANTOS JÚNIOR (JUNINHO) - Valeu, Orlando! Saúdo todas as Deputadas e Deputados, nossas irmãs e nossos irmãos da comunidade preta e periférica de São Paulo, que vêm hoje mostrar sua força, sua voz, suas demandas. Quero dizer que não temos dúvida de que estamos diante de um momento histórico da luta do povo preto e pobre do nosso País.

Nós, desde a redemocratização do Brasil, vimos denunciando o processo de letalidade provocado pelo Estado brasileiro contra a nossa população e sempre reivindicamos a ideia de que o Estado precisava e precisa ainda reconhecer a existência do racismo e a existência de uma prática determinada, que elimina fisicamente, simbolicamente, economicamente e socialmente a nossa população no Brasil.

Então, ter uma Comissão no Parlamento brasileiro que discute a questão da violência praticada contra nossa juventude é uma conquista histórica da nossa comunidade, que vem lutando há tantos anos para o início desse reconhecimento.

Porém, nós sabemos que a configuração desse Congresso que foi aprovado é o mais retrógrado desde 1964. Também esta CPI é um espaço de disputa. E nós



não temos dúvida de que São Paulo tem de sinalizar quais são os rumos que esta CPI precisa dar. E os rumos são: primeiro, dizer que existe, sim, um genocídio praticado contra nossa juventude pelo Estado brasileiro. (*Palmas.*) Não é uma questão factual, não é uma questão pontual, é algo sistemático. Isso faz parte do projeto de desenvolvimento que foi construído para o nosso País, onde negros e negras eram considerados um empecilho para o desenvolvimento do nosso País. Então, esse projeto vem se consolidando e se perpetuando, e nós precisamos dar um basta ao genocídio.

Nós também precisamos dizer que o Estado brasileiro construiu mecanismos que autorizam a ação policial de matar nossa juventude. Então, esta CPI tem de sinalizar com o fim dos autos de resistência como mecanismo de institucionalização e autorização para matar nas periferias deste País. (*Palmas.*)

Nós também estamos aqui para dizer que não aceitaremos, nesse pequeno espaço de 30 anos de redemocratização do nosso País, que sabemos que é uma democratização restrita, porque não chegou à periferia... Nós temos a tarefa histórica e estaremos todos, no dia 30 de junho, em Brasília, para dizer “não” à redução da maioria penal, porque esse pode ser o maior retrocesso do período democrático deste País.

Os Deputados estiveram em territórios esta manhã e perceberam que nós estamos pautados pelo medo. As famílias não querem falar, não querem se expressar, porque têm medo e têm receio de se expressar, porque, logo em seguida, podem ser as próximas vítimas. E nós temos de deixar bem claro que, aqui no Estado de São Paulo, quem mata é a polícia, fardada ou através de seus aparatos paramilitares, como os grupos de extermínio que agem nas periferias a partir de pequenos interesses econômicos.

Então, isso tem de estar muito claro, e nós precisamos, sim, e vamos cobrar do CAPS, e a Leci está aqui para nos ajudar em relação a isso, que se abra uma CPI no Estado de São Paulo para apurar toda a violência praticada contra nossa juventude. (*Palmas.*)

E, para concluir, temos alguns desafios daqui para frente. Além de garantir que estejamos vivos, que não retrocedamos em relação à redução da maioria penal. Ainda temos mais um debate pela frente, que é a questão do Estatuto do



Desarmamento, porque querem armar a população contra nós mesmos. Também não podemos aceitar esse retrocesso! E também queremos as investigações e a apuração de todos os crimes e a reparação e a indenização a todos os familiares que, como nós vimos — e que hoje os Deputados puderam testemunhar —, estão abandonados à própria sorte. Nós não podemos aceitar isso!

Axé! Vamos continuar a luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Pessoal, está aqui entre nós o Gabriel Medina, que já foi chamado para compor a Mesa. Ele é Secretário Nacional da Juventude, e a Secretaria do Gabriel, a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, publicou um mapa sobre encarceramento, que é um dado muito importante.

Quero agradecer a presença da pesquisadora que coordenou o trabalho, chamada Jacqueline Sinhoretto, Professora da Universidade Federal de São Carlos, que está aqui presente conosco.

Cumprimento o Renan Alencar, Presidente da União da Juventude Socialista (*palmas*); o Anderson Lopes Miranda, Coordenador Nacional do Movimento População de Rua; o Pedro Aguerre, da PUC e da Escola de Governo; a Angela Meyer, Presidente da União Paulista de Estudantes Secundaristas; e a nossa companheira Tamara, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

Chamo agora alguém superimportante, que veio do Alto Vera Cruz, que é uma favela, uma comunidade importante em Belo Horizonte. Com a arte e a consciência dele, está arrebetando a boca do balão no Brasil e no mundo: Flávio Renegado. (*Palmas.*)

O SR. FLÁVIO RENEGADO - Boa noite a todos. É uma satisfação máxima.

Reginaldo, eu já estou itinerante. Eu já estou acompanhando a CPI agora. A gente teve a felicidade de receber esta CPI lá na minha comunidade, Alto Vera Cruz. A gente teve uma discussão. Infelizmente, a gente não pôde ter a presença maciça da juventude como a gente teve aqui, porque a polícia estava lá na porta e inibiu a juventude de entrar. Mas a gente fez o debate assim mesmo. Depois a gente foi para a Assembleia e continuou fazendo esse debate de forma bacana, com muitas pessoas bacanas presentes. Tivemos o desprazer da presença de outras também,



mas faz parte. A luta é democrática, e a gente tem que aceitar todo mundo que vem e está aí para discutir dentro desse espaço amplo.

Eu queria falar rapidamente aqui que a fala do Juninho foi sensacional; acho que foi uma das falas que mais me completou aqui dentro desse processo todo. Queria falar que nem todos os meus amigos de infância tiveram a oportunidade de sobreviver para ver este avanço que a gente está tendo hoje, que é esta CPI. Muitos deles ficaram no caminho.

Eu tive o *rap*, eu tive a arte, que me possibilitou traçar outro percurso para a minha vida, mas os meus amigos, não. E não adianta eles falarem que a gente faz a opção de ir para a escola e outros não, porque às vezes a gente não tem a oportunidade de optar, de escolher, porque a gente precisa ir para a rua trazer comida para dentro de casa. Isso é sério. (*Palmas.*)

O poder público não cumpre o papel dele, e a gente não fez nenhuma política de reparação de danos com a população negra indígena deste País. A gente dá o descaso, dá a violência. E isso tudo, hoje, eles querem sintetizar, falando que a culpa é do jovem, que o tráfico manipula a juventude, que a redução vai ser a alternativa para a gente poder tirar a violência das ruas. Mas não: isso é controle populacional, viu, galera? Eles estão querendo é exterminar a nossa juventude. Eles querem exterminar o nosso povo. Isso é extermínio. (*Palmas.*) E esta CPI está aqui para poder travar essa luta, correto?

A parada é a seguinte: eu sobrevivi. Eu estou com 32 anos de idade. Eu sobrevivi para poder ver esta CPI acontecer e vou sobreviver para poder ver a reforma política e não ver essa bancada da bala vir com essas leis loucas, querendo reduzir a idade da nossa juventude e querendo armar o nosso povo para a gente continuar se matando.

Estamos aqui para dizer “não” para a redução da maioria penal. A gente quer mais escola e menos presídio. A nossa juventude quer viver a juventude boa, a juventude viva.

Estamos na luta! Estamos juntos! Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Flávio.

Está aqui a nossa companheira Edna Roland, que é Coordenadora da Igualdade Racial da cidade de Guarulhos; o Eliseu Soares, Secretário Adjunto da



SEPPPIR, da capital; a Eliana Dias, que coordena o S.O.S. Racismo, da Assembleia Legislativa — ela é companheira do Mano Brown e me pediu para dizer que ela está aqui e que o Mano Brown está na luta conosco —; a Flávia Costa, Conselheira Estadual do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

Quero chamar agora, para falar, o Wesley, representando a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, e, na sequência, o companheiro Denis, da Articulação Kilombação.

Vá lá, Wesley.

O SR. WESLEY MACHADO DA SILVA - *“Sessenta por cento dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras. Nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros, e a cada 4 horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente.” (Palmas.)*

É com a letra de Mano Brown e Racionais que eu queria começar saudando esta iniciativa da CPI que investiga o genocídio da juventude negra, primeiro enfocando essa palavra “genocídio”, porque não se trata de uma ação isolada, de uma ação que ocorre em uma proporção menor, em menor escala. Trata-se, de fato, de uma matança que ocorre no Estado brasileiro contra a juventude negra.

Eu acho que a relação, inclusive, entre o Estado brasileiro e o genocídio da juventude existe desde que o regime escravista começou no Brasil, perpetua-se com os autos de resistência à ditadura militar e agora volta com a redução da maioria penal.

A UBES, em seus 68 anos de existência, sempre lutou em prol de uma educação de qualidade. Muitos foram aqueles que fizeram ouvidos de mercador para os apelos dos estudantes nas ruas, e agora são eles, que sempre acharam e trataram a juventude como problema, que visam impor esse retrocesso que é a redução da maioria penal, ao passo em que a gente avançou com as cotas, com o Estatuto da Igualdade Racial, com o Programa Juventude Viva.

É necessário responsabilizar quem de fato comete esse delito, que é o Estado brasileiro, seja pela sua ausência, seja pela ausência de educação de qualidade, por cultura, por lazer, por mais escolas, seja pelo fato de se apresentar minimamente em muitos lugares através da polícia militar, porque, em muitos lugares a que o Estado



chega, chega para nós, jovens, através da polícia, só para reprimir, para ser mais um braço do Estado para criminalizar e matar nossa juventude.

Por último, eu queria dizer a todos que estão aqui presentes que, desde o início do mês, a UBES e a UNE criaram um movimento e acampam em Brasília, ocupam Brasília. E no próximo dia 30, agora, na votação da redução da maioria penal, o STF já garantiu o *habeas corpus* para que nós ocupemos a Câmara e a Assembleia para gritar para toda a bancada da bala e para todo o Brasil que vamos barrar o retrocesso. Não vai ser a nós, à juventude brasileira, que vai ser imposta a redução da maioria penal.

Nós queremos o jovem negro vivo, e essa luta nos une. (*Palmas.*)
(*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Wesley! Está aqui o Cosme Nascimento, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Sociocultural Negro Sim; o Nuno Coelho, que é Conselheiro Nacional de Igualdade Racial da SEPPIR; a Cleide de Almeida, que é Diretora do Congresso Nacional Afro-brasileiro; e o Sinvaldo José Firmo, que é advogado e Coordenador do Departamento Jurídico do Instituto Negro Padre Batista.

Vamos agora ouvir o nosso companheiro Professor Denis. Ele esteve conosco lá na CPI, em Brasília, fez um grande depoimento lá em Brasília. E, na sequência, vamos ouvir o Chico Bezerra, do Comitê contra o Genocídio.

Vá lá, Denis.

O SR. DENIS OLIVEIRA - Boa noite a todas e todos. Boa noite, Srs. Deputados. Eu estive na audiência pública da CPI em Brasília, em maio. Eu quero repetir e ressaltar isto: a importância política e simbólica de nós termos a Deputada Rosângela, mulher negra, como Relatora desta CPI no momento em que o Congresso tem uma pequena presença de mulheres e mulheres negras na Câmara. (*Palmas.*)

Rosângela, parabéns novamente. Repito isto: acho importante para nós do Movimento Negro, para as mulheres negras, a sua presença como Relatora desta CPI. O Douglas Belchior, grande companheiro, comentou aqui, na sua fala inicial, que genocídio depende de um projeto de Estado. Dizem que não há uma ação do Estado.



Eu já estou no Movimento Negro há mais de 30 anos. Existe, sim, um projeto de Estado de genocídio. Em 1990, quando nós estávamos organizando o I Encontro Nacional de Entidades Negras aqui em São Paulo, no Pacaembu — eu, o Flavinho, o Sinvaldo e vários outros aqui presentes organizaram esse encontro —, naquele momento, nós denunciávamos um documento da Escola Superior de Guerra que dizia textualmente que era estratégico para o Estado brasileiro exterminar as crianças de rua e os cinturões de miséria.

Citei esse documento na CPI, numa audiência pública. É importante nós levantarmos esse documento. Naquela ocasião, o Deputado Estadual Jamil Murad, que está aqui presente, propôs uma CPI aqui na Assembleia Legislativa, CPI essa que, inclusive, não teve nenhum resultado, por conta da composição conservadora.

O que nós observamos, 25 anos após isso, é que esse projeto retorna com força, com força, e a única forma de nós reagirmos a esse projeto, a esse projeto político de genocídio, de extermínio, é justamente nos mobilizarmos, irmos para a rua e pressionarmos a Câmara e todos os poderes para que efetivamente isso não se constitua. Faço minhas as palavras do Juninho. Nós temos, sim, que nos mobilizar para aprovar o projeto de lei que põe fim aos autos de resistência, que é um instrumento institucional que legitima o assassinato de jovens, crianças de rua, pelos policiais. É necessário isso.

Nós precisamos, sim, exigir que se esclareçam de vez os crimes de maio; as mães de maio precisam, sim, saber o que aconteceu com seus filhos. Não é crível, numa democracia, que esse tipo de atitude, que fere totalmente o Estado de Direito, continue acontecendo, que a favela continue vivendo ainda com invasões de domicílio sem mandados de busca, que continuem existindo execuções extrajudiciais, que continuem existindo prisões ilegais, que continue existindo tortura nas delegacias. Tudo aquilo que, durante a ditadura militar, nós anunciávamos contra os presos políticos, hoje acontece e continua acontecendo com a periferia. Por isso a gente diz: a democracia não chegou à periferia. A periferia vive em estado de sítio, vive a ditadura ainda, e é necessário que a gente termine isso.

Quero finalizar a minha fala, novamente, ressaltando, reforçando o convite do Juninho para o dia 30 de junho. É necessário que a gente faça uma grande caravana a Brasília para barrar de vez a redução da maioria penal. A redução da



maioridade penal atende única e exclusivamente ao interesse das forças que querem o extermínio, atende também a uma parcela de Deputados que são financiados por empresas que querem privatizar os presídios. E defendemos finalmente a aplicação plena do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então, dia 30, todo mundo tem que estar em Brasília para pressionar, exigir: não à redução da maioridade penal! Esse é o recado, Kilombação. Valeu, galera! (*Palmas.*)

Quero encerrar com o grito que os jovens de Soweto davam na luta contra o *apartheid*: “*Amandla Awethu*”, poder para o povo preto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Denis. Quero registrar aqui a presença do Flávio Jorge, da Coordenação de Entidades Negras — CONEN, e do Jefferson Lima, Secretário Nacional da Juventude do Partido dos Trabalhadores.

Vamos chamar agora o Chico Bezerra, que é do Comitê contra o Genocídio. Na sequência, a Rosa Anacleto, da UNEGRO; depois Carina Vitral, da UNE.

Com a palavra o Chico Bezerra.

O SR. CHICO BEZERRA - Boa noite a todos e a todas, boa noite aos membros da Mesa. Espero que vocês que estão abrindo isso em nível federal cutuquem um pouco para que saia uma CPI aqui no Estado de São Paulo, uma CPI pela Assembleia Legislativa, porque existem muitas coisas para serem ditas em todas as nossas regiões.

Não vou falar da Brasilândia, para onde a escória da Polícia Militar do Estado de São Paulo é mandada, tanto é que lá são eles que matam, e a nossa juventude, lá, toda semana está morrendo. Assassina por quem? Pela polícia militar, que, diga-se de passagem, não é responsável total. O responsável é esse Governador genocida, fascista, de nome Geraldo Alckmin. (*Palmas.*)

Eu faço um pedido à Plenária: nos próximos movimentos do Comitê, junto com outros movimentos, vamos para a rua, porque aqui foi dito pelo pessoal do Levante Popular que, se não for de um jeito, será do outro, porque não dá mais para aceitar, meu caro Orlando e outros, a matança, a chacina da nossa juventude. Não dá para aceitar, como foi dito aqui, que se esconda a história do povo preto, pobre, da periferia, há muito tempo. É vergonhoso!



Nós temos uma lei que diz que é para ensinar a história do nosso povo, e ela já está aí há mais de 10 anos e não procuram implementá-la. Aí eu culpo — existem exceções, mas são raras —, eu culpo os Deputados desta Casa, eu culpo os Deputados em nível federal, mas nós estamos aqui para somar e para somar. Vocês têm que entender. Foi dito lá em cima. O primeiro embate é a redução, é não permitir esse crime contra a nossa juventude.

Foi dito aqui e é importante o pessoal saber: as nossas mães têm medo de falar. Por quê? Vou dar um exemplo aqui. No Glicério, alguém foi lá e matou um jovem. E esse policial saía falando: “*Se abrir a boca, nós vamos matar mais*”.

Eu vou concluir e aproveito para pedir aos Deputados da Assembleia, com todo o respeito: a Comissão Especial é um passo, mas é muito mais importante uma CPI, porque vocês irão ouvir de fato e de direito o que acontece nas quatro zonas do Estado de São Paulo, principalmente aqui neste Município que aceitou a operação delegada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado. Eu quero registrar também a presença do mandato do Deputado Ivan Valente, do PSOL, na pessoa do Juninho.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Leci Brandão) - Em seguida, Rosa Anacleto, da UNEGRO; depois a Carina, da UNE. Aproveito para registrar aqui a presença da Coordenadora do PRB Mulher São Paulo, Thábata Yamauchi, e a Vereadora Karina, do PRB de São José do Rio Preto.

A SRA. ROSA MARIA ANACLETO - Boa noite! Sras. e Srs. Deputados, Plenário e movimento negro, na década de 90 o movimento negro lança a Campanha *Não Mate Nossas Crianças*. Hoje, em 2015, 25 anos depois, eu venho aqui e tenho um dado a apresentar: 30 mil jovens são mortos de forma violenta pela PM, e 23 mil e 100 desses jovens são negros. Então, esses negros, na idade entre 15 e 29 anos, são executados pela PM. Continua, portanto, o processo, depois de 25 anos, de matança dos nossos jovens.

O que a gente tem a dizer é que de fato, como foi dito por alguém que me precedeu aqui, há o genocídio programado, sistemático da população negra. E nos espaços, nas comunidades onde ocorrem esses crimes, a comunidade é



aterrorizada, ela não pode falar sobre isso. Então, esse terror faz com que ela não se exponha, com medo da retaliação que virá.

Essa mesma polícia, que é uma polícia genocida, tem na verdade, como ação, sua lança de ação, o racismo, racismo que justifica, por exemplo, uma abordagem violenta a todo jovem na periferia ou mesmo no espaço em que ele for alcançado por essa polícia. Essa ação é violenta, constrange e faz com que os nossos jovens, se tiverem qualquer reação, até de fala, justifiquem e legitimem a ação deles depois do extermínio desses mesmos jovens.

E o que fica é uma dor muito grande para as mães e famílias, porque nessa resistência esse jovem vai ser exterminado, e esse extermínio é, sem dúvida nenhuma, para a família e para a sociedade, uma grande perda, na medida em que os nossos jovens negros é que sofrem e a sociedade é que vai perder com a morte desses jovens.

Nesse sentido, nós denunciemos e hoje a CPI dá a oportunidade para que a gente de fato diga para a sociedade brasileira que não mais é possível continuar com esse genocídio. E nós sempre tivemos reação, mas não tinha quem nos ouvisse. E esta CPI vai mostrar um caminho.

Não é de graça, por exemplo, que hoje não tenha ninguém aqui para abrir esta sessão da CPI, porque seria alguém dos Direitos Humanos que o faria. Mas, como um Governo como este do Estado de São Paulo, que é genocida e que legitima toda a violência sofrida pelos nossos jovens, vai estar aqui para abrir esta CPI? Não tem coragem para fazer isso, mas, com certeza, a CPI dará uma resposta, e essa resposta fará com que nós tenhamos uma CPI no Estado de São Paulo que mostre o quanto esse Governo racista contribui para o genocídio dos jovens de São Paulo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Rosa.

Quero registrar aqui a presença do Tiago Soares, da Secretaria de Direitos Humanos do PT, de São Paulo, e do Fábio Adonis, da Associação de Moradores do Jardim Ipanema, em Jaraguá.

Pessoal, a gente vai insistir quanto à observância do tempo, em razão de a lista ser grande e de precisarmos ouvir todo mundo. E não é bacana ter gente



falando aqui e não ter público para ouvir; é bacana todo mundo acompanhar o maior número de participações. Então, é importante a galera cumprir o tempo de 3 minutos, para que a gente possa ouvir todo mundo. Certo?

Eu chamo agora a Presidenta da União Nacional dos Estudantes, a Carina Vitral, e, na sequência, o Gabriel Medina.

(Manifestação da plateia: "A UNE somos nós, nossa luta e nossa voz!")

A SRA. CARINA VITRAL - Boa noite, galera! Eu queria saudar todo mundo que está participando desta audiência pública. Queria saudar a Mesa. Vou economizar as saudações para economizar meu tempo de 3 minutos.

Eu acho muito importante, muito simbólico, que esta CPI esteja acontecendo aqui no Estado de São Paulo num momento muito especial para a vida política do Brasil, mais especialmente para a nossa juventude. Está em curso uma disputa política sobre os rumos da juventude.

No Congresso Nacional estão tramitando projetos que são um retrocesso em direitos conquistados pela sociedade em geral. Será um retrocesso para o Brasil e para a Constituição brasileira, mas tais projetos ferem de morte especialmente a juventude. E é a juventude que tem cor, tem raça, tem classe social e tem ocupação geográfica na cidade; significa uma juventude negra, periférica e pobre.

Por isso eu queria saudar a realização desta audiência que fala do extermínio da juventude negra, porque ela tem o desafio de, primeiro, reconhecer que existe o extermínio; segundo, de dizer quem é o agente do Estado que promove o extermínio e por que o Brasil ainda sustenta uma Polícia Militar que é o resquício, um dos únicos resquícios que a ditadura militar ainda traz no Brasil.

Também é preciso reconhecer que nessa juventude que morre também morre a juventude negra, porque é resquício da escravidão que viveu o Brasil.

Essa disputa que está em curso no Brasil uniu a Direita, os conservadores, a mídia reacionária que regurgita todo dia ódio, raiva contra a juventude, reagindo, na verdade, a uma mudança em curso no País. Não é à toa que eles reagem agora, 10 anos depois que a gente popularizou a universidade, que a gente criou as cotas nas universidades. Há muita coisa ainda para mudar. Esses são só os primeiros passos, mas nós já começamos a mudar este País. E eles reagem; reagem porque são reacionários; reagem porque querem a juventude negra fora da universidade;



reagem porque querem a universidade só para a elite, só para os brancos. E é por isso que eles reagem com leis que apenas especialmente a juventude. É assim a redução da maioria penal, mas é assim também a Lei das Terceirizações, que fere em especial a juventude, mais a juventude que tem acesso a um trabalho mais precarizado, que é a juventude negra.

Mas, se cresce o conservadorismo, também cresce a resistência, também cresce a nossa unidade em luta. Por isso a luta da nossa geração é barrar, é derrotar a PEC 171. O número 171 não é uma coincidência; mas porque é um bando de bandidos que quer reduzir a maioria penal, que quer encarcerar a juventude e acabar com os sonhos da juventude! (*Palmas.*) Esse seria o maior retrocesso desde a Constituição de 1988. E eles não passarão essa PEC, não sem muita luta, sem muita resistência.

Nós, duas semanas atrás, em luta contra a redução, o movimento estudantil unificado foi expulso de dentro do Congresso Nacional, de dentro de uma Comissão que analisa a PEC 171, e nos expulsaram com *spray* de pimenta. Eles nos expulsam porque não querem o contraditório. Eles nos expulsam porque não querem que a juventude fale. Eles nos expulsam porque têm ódio. Mas nós continuaremos lutando. Esse ódio que nos expulsou com *spray* de pimenta é o ódio que extermina a juventude com bala de verdade, porque fora do Congresso Nacional a “chapa é quente”, a juventude é exterminada com bala de verdade.

Mas esse ódio não passará. A gente, sexta-feira, conquistou um *habeas corpus* que foi deferido pelo Supremo Tribunal Federal — a UNE e a UBES foram autoras dessa *habeas corpus* —, para garantir que a juventude possa entrar no Congresso Nacional, porque este País não vai admitir que uma matéria de tanta relevância para a juventude brasileira possa passar a portas fechadas. A proposta não passou na Comissão a portas fechadas porque nós fomos lá, entramos mesmo assim. Portanto, eles vão engolir esse *habeas corpus*, porque nós da juventude estaremos lá. Eles vão tentar passar essa PEC, mas não vão fazer sem deixar de ouvir o nosso batuque, sem deixar de ouvir a nossa palavra de ordem.

Muito obrigada. Muita unidade. E vamos à luta no dia 30, em Brasília, barrar a redução da maioria penal! (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia: “Não! Não! Não à redução!”*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Pessoal, nós vamos chamar agora o Secretário Nacional da Juventude, Gabriel Medina. Na sequência, convidaremos o Claudinho, que é Secretário da Juventude da Cidade de São Paulo, para manifestar-se.

O SR. GABRIEL MEDINA - Boa noite a todos e todas, eu queria, na verdade, saudar a iniciativa dos Deputados; cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes pela coragem; parabenizar o Orlando Silva, que está coordenando aos trabalhos aqui em São Paulo; asso, também a Deputada Rosangela; a Mariana; a Leci Brandão e o Alencar. Quero dizer que é um ato de coragem neste momento que a gente vive no Congresso estar presidindo esta Comissão e estar caminhando por todos os Estados levantando as denúncias.

A Secretaria Nacional da Juventude está mais aqui para ouvir. Muita gente me conhece, eu já fui gestor de juventude aqui e estou agora com essa tarefa na Secretaria. Recentemente publicamos, Orlando, vários dados, inclusive, com Jaqueline, o mapa do encarceramento, mas também publicamos o mapa das mortes por arma de fogo, o que desmonta a tese de que nós precisamos armar a sociedade; pelo contrário, nós precisamos desarmar a sociedade. E também lançamos o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, que mostra que um jovem negro em alguns Estados do País tem 13 vezes mais chance de morrer do que um branco. Muita gente não quer colocar o tema racial como um tema central, mas ele está na centralidade deste debate. Nós achamos fundamental participarmos dessa construção.

O Governo estuda e está para lançar um Pacto pela Redução dos Homicídios, que se articula com o Plano Juventude Viva, que é um plano tímido diante das demandas apresentadas pelo movimento social, que precisa ser reformulado e apresentado com muito mais vigor e com muito mais importância.

Então, queria dizer que a Secretaria também está comprometida com a luta contra a redução da maioridade penal. Nós não aceitamos a perda de direitos e o encarceramento como alternativa. Nós queremos mais escolas, mais direitos e a efetiva implementação do Estatuto da Juventude.



Então, é isso: nós estamos aqui para ouvir, para registrar e para poder acompanhar as demandas que a sociedade civil traz, para que a gente possa dar respostas efetivas pelo Estado brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Gabriel. Eu chamei o Claudinho. Agora, vou pedir permissão ao Claudinho, para que antes de ele falar nós possamos ouvir aqui o Maurício Pestana, que acabou de ser empossado Secretário Municipal de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial e fala aqui em nome do Prefeito Haddad, em nome da Secretaria.

Pestana, tenha sucesso! Boa sorte nessa sua nova missão e que você contribua para que a nossa cidade seja uma cidade mais igual, que dê oportunidades à nossa juventude, sobretudo à juventude negra de São Paulo.

Maurício Pestana, Secretário da SEPPIR.

O SR. MAURÍCIO PESTANA - Obrigado, Orlando.

Quero cumprimentar pela iniciativa, quero cumprimentar a Relatora, Rosângela, que tem uma história de vida no Rio de Janeiro, que também é da periferia e teve uma vida muito sofrida.

Leci, quero dizer que quando eu venho para esta plateia, quando eu vejo este tema ser debatido aqui, eu me lembro dos primeiros desenhos que eu fiz há mais de 30 anos, há 35 anos, denunciando o massacre, a violação dos Direitos Humanos, a tortura dos negros do Brasil.

O que me deixa triste é que, após esses 35 anos, hoje vejo esses mesmos desenhos rolando na Internet, sendo usados como campanha para falar da mesma coisa, ou seja, há 35 anos que se mata, que se extermina jovens neste País ou até mais e nada se faz.

O que eu quero dizer, há poucas horas depois de ter sido empossado Secretário da Igualdade Racial, é que aquela Secretaria está aberta. E ela está aberta porque tem o dever, por ter sido constituída para isso, ou seja, para que este debate, para que essas informações sejam mais disseminadas na nossa sociedade e o que a gente pode fazer para mudar isso. Nós estamos lá para isso. Ela não vai se omitir, não vai se eximir de se posicionar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Pestana.

Pessoal, eu vou chamar o Claudinho para falar agora. Antes, porém, eu queria neste momento agradecer o empenho que a Prefeitura, através da Coordenadoria de Juventude, teve para ajudar tanto na articulação política quanto na organização da visita de hoje. Claudinho, agradeço a você e ao nosso Prefeito. O Claudinho é Coordenador da Juventude de São Paulo. Na sequência, vou convidar a Professora Edna Roland, da Secretaria da Igualdade Racial de Guarulhos.

Vá lá, Claudinho.

O SR. CLÁUDIO SILVA - Boa noite a todos e todas. Eu quero iniciar cumprimentando todos e todas que estão aqui na pessoa do Flávio Jorge, que é um militante histórico do movimento negro. A gente chega aqui esta noite e percebe uma série de figuras e entidades se manifestando, mas algumas figuras aqui sabem o quanto foi difícil convencer inúmeras entidades que, inclusive, já falaram aqui nesta noite de que o tema da mortalidade da juventude negra era um tema preponderante e prioritário para os dias atuais.

O Flavinho nos dirigiu durante muito tempo fazendo essa luta, esse enfrentamento de procurar o convencimento no movimento social para que a gente conseguisse hoje ter do Governo Federal, por exemplo, o Plano Juventude Viva, que reconhece que tem gente morrendo e que essa gente que está morrendo é a juventude negra — e eu me dirijo ao King Nino Brown, assim como à Natalina Lourenço, Diretora da APEOESP, mulher negra; à Edna Roland e a muitas outras figuras que estão aqui.

Mas eu quero dizer para a CPI que, por estar aqui na cidade de São Paulo, vou falar sobre a minha vida. E eu não estou falando o que eu ouço, eu estou falando o que eu vivo. E o que eu vivo é que, quando eu chego à minha casa na favela do Monte Azul lá na Zona Sul, eu quebro viela com medo. Eu quebro viela às 10 horas, 11 horas ou à meia-noite com medo. Eu tenho medo de chegar à minha casa. Esse é o sentimento de cada um e cada uma que está aqui e que mora em favela, que mora na periferia desta cidade.

A cidade tem medo. O medo é superior à paz aqui. A violência está mais forte que a paz. As pessoas têm medo de sair de casa e não conseguem viver em paz na sua cidade, na cidade que ajudaram a construir, na cidade que seus ancestrais



construíram, pela qual derramaram sangue para ser o que é hoje, para ser a maior cidade da América Latina.

Nós fizemos para a CPI, com base no pequeno diagnóstico que a gente ainda tem e que conseguimos construir, um pequeno relatório dando exemplos de algumas regiões onde o Juventude Viva está sendo implantado. Nós temos aqui hoje vários e várias articuladores do Juventude Viva — e, talvez, toda a equipe de articulação do Juventude esteja aqui hoje —, que são os jovens homens e mulheres negras que vivenciam isso que eu estou vivendo, Sras. e Srs. Deputados.

Eles nos fizeram um pequeno relato com alguns exemplos. Nós estamos construindo aqui na cidade um documento mais completo, com boletins de ocorrência e materiais que suscitamos ao Ministério Público e aos órgãos de investigação que têm que tomar medidas. E fizemos esse relatório para entregarmos à CPI. Mas nós queremos já deixar esse protocolo com a CPI e dizer assim: eles justificam a mortalidade da nossa juventude porque o jovem teve passagem na polícia, porque o jovem foi da FEBEM. Eu sou ex-FEBEM, eu tenho passagem na polícia, mas não sou marginal, nunca fui, e nem sou um psicopata. Eu sou a prova viva de que a juventude de São Paulo e a juventude do Brasil podem colaborar para que este País tenha um destino mais justo e mais igual. Eu sou isso e tem um monte de gente assim. Adriana de Cássia Moreira é Mestre pela USP, viveu as mesmas condições que eu na periferia de Guarulhos. E há um monte de famílias aqui que estão se formando, a exemplo dos “prounistas” pelo Mackenzie, que são exemplos conhecidos. Leci Brandão era filha de merendeira, Deputada em segundo mandato, uma das maiores artistas que o Brasil já produziu.

São desses exemplos que eu estou falando. Eu quero dizer o seguinte: nós não vamos descansar. Na gestão pública, nós temos o compromisso de não fazer, não ter uma postura recuada. Nós vamos continuar, dentro da gestão pública, lutando contra o racismo institucional, racismo esse que mata todos os dias a nossa juventude, que derruba todos os dias um avião com jovens negros e periféricos neste Brasil.

Eu queria terminar protocolando este documento na CPI e dizendo que nós estamos produzindo muito mais coisas porque o racismo está cada vez mais criativo. No Grajaú, em Parelheiros, eles mataram seis jovens em três pontos diferentes, e as



armas tinham balas de calibres diferenciados. No Jardim Brasil, um jovem morreu perguntando à Polícia: “Por que o senhor atirou em mim?” No Grajaú, na semana passada, um jovem falou: “Mas o senhor não precisa me matar!” E lá na Pavilhão 9, para concluir, eles colocaram os moleques de joelho para matar.

É disso que eu estou falando. (*Manifestação na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Claudinho.

Registro a presença do Danilo Goes, da Frente Municipal Contra a Redução da Maioridade Penal de Guarulhos; do Luiz Henrique e da Rubia Mara, do Coletivo Quilombo Urbano, na cidade de Tiradentes; do Henrique Domingues, Presidente do DCE da FATEC, e da Ester Rufino, Coordenadora de Mulheres Negras do EDUCAFRO — Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, que aqui representa também o Frei Davi.

Vamos ouvir agora a Profa. Edna Roland. Vocês vão ouvir aqui uma pessoa que hoje coordena a política de promoção da igualdade racial em Guarulhos. Mas, quando as Nações Unidas realizaram uma Conferência Internacional para discutir a discriminação racial no mundo, uma brasileira foi relatora dessa Conferência Internacional — e essa brasileira é essa mulher que vai falar agora: Profa. Edna Roland. (*Palmas.*)

A SRA. EDNA ROLAND - Obrigada, Deputado Orlando Silva, agradeço a possibilidade de estar hoje aqui com meus irmãos e irmãs. Quero aproveitar para saudar aqui o nosso Deputado Alencar Santana, da cidade de Guarulhos.

Eu, inicialmente, quero aqui falar em nome do Município de Guarulhos, do Governo de Guarulhos, onde sou hoje a Coordenadora da Igualdade Racial. Como talvez muitos de vocês não saibam, Guarulhos foi um dos epicentros das “mortes de maio”. Infelizmente, nós apresentávamos naquele momento uma alta estatística, e a denúncia dessas mortes foi feita naquele mesmo ano, quando organizamos a primeira Marcha da Consciência Negra em Guarulhos, no dia 15 de maio de 2006, data que ficou marcada no meu coração e na minha mente e que eu jamais esquecerei.

Mas, como já disse o Deputado Orlando, eu sou também membro de um grupo de trabalho das Nações Unidas, hoje encarregado da implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban, documento que saiu da 3ª Conferência



Mundial contra o Racismo, Conferência na qual o Brasil teve um papel de protagonista.

E eu queria dizer aqui que, infelizmente, o que vivemos no Brasil hoje não é apenas um resquício no processo da escravidão. Lamentavelmente, o racismo antinegro continua a existir. Ele persiste, ele é uma máquina de destruir pessoas negras e, lamentavelmente, ele está ainda ocupando um papel muito fundamental, não apenas no Brasil, mas em todo mundo.

Se nós lembrarmos as cenas a que nós assistimos nestes últimos meses e semanas, veremos que milhares de migrantes africanos estão tentando fugir das guerras, da fome, da violência, buscando uma saída; são africanos que estão chegando todos os dias às fronteiras dos países europeus, atravessando o Mediterrâneo em barcos precários e, ao chegarem do outro lado, encontram fronteiras fechadas. Países como a Áustria encontraram como solução construir um muro, fechando todas as fronteiras, para que nenhum africano possa entrar. Outros países estão colocando cercas eletrificadas, para que essas pessoas desesperadas não possam encontrar uma forma de viver. Isso, para nós, significa uma ação absolutamente articulada com o genocídio que nós vivemos hoje no Brasil, especialmente contra a nossa juventude.

Da mesma forma, nós assistimos aterrorizados, na semana passada, a um jovem branco de 21 anos dos Estados Unidos que saiu para matar, saiu para destruir negros. Portanto, o racismo é uma máquina de guerra. Ele existe, ele está presente no mundo em que nós vivemos. Nós temos que compreender isso, a profundidade dessa questão, para que nós não subestimemos o nosso inimigo.

Eu estive na semana passada em Madri, na Conferência Afromadrid 2015, que foi a primeira atividade internacional da Década Internacional dos Afrodescendentes, que assim foi declarada pelas Nações Unidas.

Nós precisamos, no Brasil, país com a maior população de afrodescendentes no mundo, assumir um programa de ação para os próximos 10 anos que tenha a necessária força e que possa provocar realmente mudanças no cenário em que nós vivemos no Brasil.

Eu ouvi a proposta que foi apresentada pelo Deputado de, nos próximos 10 anos, a cada ano ir reduzindo os índices de mortes de jovens. Eu acredito, Sr.



Deputado, que essa proposta é uma proposta muito importante, muito relevante e que deve fazer parte de um plano nacional para a década dos afrodescendentes. Recebi essa proposta de forma muito favorável.

Finalizando a minha intervenção, queria juntar-me a todos e todas vocês que se declaram contra a redução da maioridade penal. Nós sabemos que a redução da maioridade penal não vai reduzir, de forma alguma, a prática de eventuais atos ilegais por parte de segmentos da juventude. O que a nossa juventude precisa é de educação, precisa de assistência, precisa de atenção. Se nós pensarmos nos gastos que são feitos pelo Estado brasileiro para manutenção de presídios em péssimas condições, se esses recursos fossem gastos na oferta de escola, na oferta de creches para as crianças, certamente nós conseguiríamos baixar os índices de criminalidade de forma muito mais rápida e muito mais efetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, professora.

A SRA. EDNA ROLAND - Eu agradeço a todos vocês. *(Palmas.)*

Estamos à disposição lá em Guarulhos para participarmos de todas as lutas contra o genocídio da nossa juventude. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Beleza. Pessoal, primeiro: houve uma inscrição, mas não dá para concedermos a palavra se não tiver identificação. Foi feita a inscrição pela Juventude do PSOL, mas precisamos ver o nome de quem pode falar pela juventude do PSOL. Peço a quem pediu a inscrição que se identifique.

Segundo é o seguinte: a nossa meta era encerrar a reunião até às 10 horas. Então, vou pedir uma vez mais para que as pessoas que estão inscritas — e há mais 14 inscritos — cumpram o tempo de 3 minutos. Se não, não vai dar para todo mundo falar. E quem viu o plenário no começo e o vê agora percebe que já está esvaziada a audiência; e é bacana todo mundo estar aqui — certo? Então, vou pedir para que todo mundo cumpra o tempo de 3 minutos.

Vai falar agora o Whelder de Araújo Barros de Jesus, que coordena o Projeto Terça Afro e também Juventude Viva. Depois vai falar o Elder, que é Subprefeito de Jabaquara. Em seguida, ouviremos o Renan, da UJS.

O SR. WHELDER DE ARAÚJO BARROS DE JESUS - Dois Whelder numa mesma sala, mano! Isso é raro na minha vida.



Primeiro, eu gostaria de saudar meus ancestrais: aqueles que eu conheço, aqueles que eu não conheço e aqueles que os conhecem melhor do que a mim mesmo. A eles eu saúdo porque me dão a energia, o axé necessário para que, a cada dia, eu transforme a minha vida cotidiana em uma prática de luta contra o racismo e contra as suas múltiplas facetas.

Saúdo, também, a todos que estão aqui presentes, porque estão compartilhando dessa luta.

Saúdo especialmente a molecada que está aí em cima — coisa bonita para caralho de se ver! Desculpem-me os palavrões, mas eu me emociono.

Sobre a fala, fica até difícil para mim escolher o que dizer aqui, de tantas pessoas que já vieram e falaram altas ideias pesadas. Então, eu vou só tentar complementar um pouquinho mais. E eu quero deixar bem claro também que a minha fala é destinada à maioria da população, não à minoria. Não vamos comprar essa ideologia de dizer que somos minoria quando a gente é efetivamente maioria neste País. Aliás, nós o construímos, mas fomos, ao mesmo tempo, afastados de todas as benesses. Para a gente sobraram apenas as mazelas. E isso é proposital.

O Brasil surgiu, enquanto Estado, com um grande temor, o temor de que houvesse aqui neste País o que ocorreu no Haiti: uma revolta, uma revolução negra. Em 1835, um dos projetos, uma das revoltas da Bahia foi a Revolta dos Malês, que deixou um grande temor nas nossas elites brancas. O temor era: *“Não vamos perder as nossas posições; não vamos deixar que o nosso ‘status quo’ seja subvertido pela população negra.”*

A partir daí, a gente tem um Estado que nasce essencialmente já racista. E esse racismo que se constitui, formulando o Estado, perpassa todas as instituições públicas. Desde o Executivo até o Judiciário, em tudo isso está empenhado o racismo em si. Eu não confio em um Estado desses. Se ele já nasce racista, é claro que suas práticas vão ser racistas.

A polícia só surge no século XIX como modelo de contenção da população negra, de controle do espaço urbano e do corpo negro. Após 1835, o corpo negro passou a ser uma ameaça constante ao *status quo* das elites brancas deste País e precisaria ser combatido, criminalizado, encarcerado e morto.



Eu não vou aceitar este País! Eu não vou aceitar essa condição! O projeto genocida, em sua essência, falhou; e falhou porque, se ele não falhasse, nós não estaríamos aqui hoje, lutando em pé e ainda vivos, saudando os nossos ancestrais que nos deram a trilha para continuarmos na nossa caminhada.

Eu vou falar a real: eu quero mesmo é um País em que, mano, seja tudo nosso e nada deles. Saravá e tudo nosso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Whelder. Antes do Elder, que é Subprefeito de Jabaquara, falar, eu queria passar a palavra para o Deputado Alencar, que é do PT de São Paulo, parceiro nosso, a quem agradeço a presença. Ele vai ter que caminhar para o outro rumo, mas S.Exa. gostaria de, antes, fazer uma saudação a esta reunião.

O SR. ALENCAR SANTANA - Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Orlando Silva, que preside aqui esta reunião; o Deputado Reginaldo Lopes, que é Presidente da CPI do “genocídio”; a Deputada Rosângela Gomes e a Deputada Mariana Carvalho.

Quero parabenizá-los por compor esta CPI do Congresso Nacional, a qual vem na contramão inclusive do debate nacional colocado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, que está cometendo uma verdadeira atrocidade, um verdadeiro crime contra os direitos do povo brasileiro e, no caso, quanto ao projeto da redução da maioria penal, especialmente contra a nossa juventude.

À Deputada Leci, sempre guerreira, nossa parceira nesta Casa, quero dizer que pode contar conosco nessa batalha pela criação de congênere Comissão aqui na Casa. O nosso Presidente, segundo o Deputado Reginaldo Lopes, assumiu também o compromisso de criar uma Comissão como esta também na Assembleia — e a Deputada Leci estava nessa agenda. Conte conosco. Quero cumprimentar todos aqui presentes, a juventude, os movimentos.

É importante este debate aqui em São Paulo, porque, se Congresso Nacional hoje debate a redução da maioria penal, nós temos também, dentro outros, um grande culpado aqui no Estado de São Paulo. Se a gente lembrar, recuperar a memória, quando nós tivemos as execuções em 2012, em 2013, da juventude aqui no Estado de São Paulo, onde vários morreram na periferia — e é a juventude negra que mora na periferia —, o Governador, covardemente — repito: covardemente —,



escondendo naquela ocasião os problemas de segurança que a gente vive e a ineficiência do Estado de São Paulo, trouxe à tona o debate da redução da maioria penal. Esse debate se retomou em 2013, passou pelo debate eleitoral e agora está na pauta, colocada pelo Presidente Eduardo Cunha, que esteve aqui no começo do ano no Palácio dos Bandeirantes, combinando agenda com o Governador Alckmin.

Portanto, é importante que a gente faça este debate, porque em São Paulo, como vários aqui falaram, dia a dia a juventude está morrendo. E nós não temos um esclarecimento sequer da própria polícia desse Governador. O Governador não garante um conjunto de coisas fundamentais à nossa juventude, mas tem a coragem, de maneira covarde, escondendo seus problemas, de propor a redução e o encarceramento maior para a nossa juventude.

Então, nós temos que denunciar não só o genocídio, todas as execuções que ocorrem, mas continuar a luta. Tenho certeza de que nós — o movimento e os Deputados que defendem a nossa juventude e que acreditam de fato num mundo de paz —, no dia 30, vamos conseguir resistir. Nós temos que resistir dia 30, mas as denúncias que a CPI pode fazer a todo País e a outros organismos internacionais sobre o genocídio que ocorre no País como um todo, no nosso caso específico em São Paulo, são fundamentais para que mais pessoas tenham conhecimento e saibam claramente quem são os culpados pelas suas omissões e quem são os culpados também por transferir a devida responsabilidade.

Contem conosco! Estamos na luta com vocês. Um forte abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Alencar! Obrigado, Alencar!

Falará agora o Subprefeito de Jabaquara, da Prefeitura Municipal de São Paulo, do Distrito de Jabaquara, Elder Vieira. Depois, falará Renan Alencar, da UJS.

O SR. ELDER VIEIRA - Boa noite, Deputado Orlando Silva, Deputado Reginaldo Lopes, em nome de quem cumprimento a Mesa.

Senhores, eu tomei aqui a palavra para dar algumas informações e fazer alguns pedidos. Primeiro, de janeiro a junho deste ano foram mortos em Jabaquara 32 jovens. E esses jovens foram mortos em ações da polícia ou de grupos de extermínio.



Na semana passada mesmo, antes da Virada Cultural, nós tivemos a morte de um jovem, pai de família, quando levava o seu filho para a creche. A atividade da Virada Cultural programada para Jabaquara e para a comunidade de Taquaritinga foi suspensa a pedido da comunidade.

Quase 1 mês antes, dois jovens, indo para a escola, foram vítimas de violência. Um deles foi ferido; o outro foi morto pela polícia. Antes de eu tomar posse, em março, já tinham sido mortos outros 12 jovens.

Jabaquara é um distrito caracterizado por um IDH razoável, porque se tira a média dos mais ricos pela média dos mais pobres; assim, Jabaquara fica com um IDH bom. Mas isso é uma espécie de maquiagem contábil (*palmas*), porque no Jabaquara há um conjunto de comunidades de jovens trabalhadores, de jovens negros, de jovens pobres que lutam e labutam todos os dias, mas que são perseguidos cotidianamente.

Trago esse dado aqui porque, na condição de Subprefeito, posso fazer muito pouco nesses casos. A gente tenta fazer algumas ações de diálogo com a polícia, de articulação com os órgãos de segurança, de eventos, de fóruns, de algumas ações, mas há limites do poder público local.

Então, a gente vai pedir para a CPI um auxílio, um socorro, para que o poder local também seja fortalecido, para que também ele possa ajudar no combate ao extermínio da juventude pobre, negra e trabalhadora, porque são trabalhadores que estão sendo exterminados.

A luta de classes no Brasil ganhou fóruns de extermínio. Determinados setores de elite passam a querer exterminar o outro lado. E isso é muito grave numa sociedade que se propõe democrática, como a sociedade brasileira.

Nesse sentido, eu venho aqui solicitar que a CPI, sem prejuízo das importantes propostas apresentadas pelas lideranças juvenis e pelo Movimento Negro, ajude o poder local na discussão orçamentária de mais recursos para equipamentos e ações culturais e de esporte nos bairros e nos territórios da cidade de São Paulo. Esse tipo de coisa nos ajuda, como poder local, no combate ao extermínio da juventude pobre e negra.

Sugiro que a Comissão se debruce sobre os parâmetros curriculares nacionais que pautam a educação brasileira. Ela foi montada nos anos neoliberais, e



esses parâmetros não contribuem com a construção de um pensamento solidário, na construção de uma Nação brasileira unificada, de um povo uno e diverso, capaz de construir uma nação soberana, democrática e justa. Peço que se debrucem sobre essa questão.

Peço também que joguem peso no debate da democratização e reforma dos meios de comunicação. (*Palmas.*) Há um ódio sendo disseminado pelas telas, há um ódio disseminado pelas rádios, há um ódio disseminado pelas novelas, há um ódio disseminado pelos noticiários. Nós precisamos ter reforma e democratização dos meios de comunicação para que o ódio não ocupe as telas e não ocupe as casas dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Elder.

O SR. ELDER VIEIRA - Por fim, é a reforma da segurança pública e das polícias dos Estados. Não é possível continuar com a polícia cujo trabalho seja o de punir, seja o de reprimir. É preciso que haja diálogo, é preciso que haja paz em São Paulo, é preciso que haja paz no Jabaquara.

Foi isso que nós viemos trazer para a Comissão, para o seu registro e sua apreciação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Elder.

Com a palavra o Renan Alencar, Presidente da UJS, e depois a Ester Rufino, do EDUCAFRO.

(*Manifestação das galerias: UJS! UJS! UJS!*)

O SR. RENAN ALENCAR - Valeu, galera! Obrigado. Obrigado, Deputado Orlando. Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar os Deputados Reginaldo Lopes e Orlando Silva pela iniciativa e pela coragem, porque aqui vários oradores já fizeram questão de registrar que este é o Parlamento mais conservador desde 1964.

A nossa juventude que esteve lá para barrar a votação na Comissão Especial, Deputada Leci Brandão, viu como aquela Comissão era asquerosa. Naquela Comissão, o Deputado Jair Bolsonaro, do PP, sem partido, do Rio de Janeiro, é a reserva, porque a Comissão consegue ser mais asquerosa do que ele. Naquela Comissão, ele ficava no banco.



Para que vocês tenham uma ideia, várias das meninas, a Carina e várias lideranças estudantis, na sua grande maioria mulheres, foram agredidas de maneira covarde por esses Deputados, Deputados esses que não se dirigem a homens, Gabriel, porque são machistas, porque são covardes. Ao serem vitoriosos na votação da semana passada, saíram para provocar a nossa militância.

E o coronel, daqui do Estado de São Paulo, que gosta de se proclamar machão, foi provocar a nossa juventude, como faz na periferia. Só que na periferia o gás não é de pimenta e a bala não é de borracha. Lá o couro come, lá a nossa juventude é exterminada, e é exterminada pela mão do Estado, por um braço do Estado. O Estado brasileiro — e aí eu não estou falando do poder público municipal, estadual ou federal — é quem ajuda a armar o genocídio dessa juventude, porque ser jovem, ser negro pobre e morador da periferia, o encontro dessas quatro causas é praticamente uma sentença de morte. Os jovens que são pobres negros da periferia e que sobrevivem são exceções. Hoje, o jovem consegue entrar na universidade, ter acesso ao emprego formal, mas pode cair no enquadro errado da Polícia Militar e ser mais uma vítima, e virar, sim, estatística. E é isso que nós não queremos.

É por isso que eu queria me somar aqui à recomendação corajosa da CPI em tornar públicos os casos de assassinato — digo e repito —, muitas vezes armados, amparados pelo Estado brasileiro. E eu queria me somar aqui à recomendação de algumas coisas que respaldam e reforçam esse extermínio. Eu estou falando aqui dos autos de resistência.

É preciso acabar com os autos de resistência. Eu estou falando aqui dessa estrutura militarizada, antidemocrática e atrasada, uma herança da ditadura militar, que coloca o povo contra o povo e humilha praças, soldados, cabos, sargentos e subtenentes na estrutura da Polícia Militar. Entram na favela para colocar o povo contra o povo, para derrubar barraco, para colocar acuados o pai e a mãe de família. Não são as famílias os culpados; é o Estado brasileiro.

Por fim, eu gostaria também que esta Comissão, Deputado Orlando Silva, reforçasse a exigência do Estado brasileiro para o cumprimento do Plano Nacional de Educação e do Estatuto da Juventude na previsão do investimento de 10% do



PIB para a nossa educação. Essa, sim, é a solução para as desigualdades sociais e os problemas da segurança pública do nosso País.

É isso.

Valeu! Obrigado.

(Manifestação dos convidados: Tem que acabar. Eu quero o fim da Polícia Militar.)

O SR. THIAGO DANTAS - Boa noite a todos. Meu nome é Thiago, sou do coletivo Preto no Branco e venho lá do Jardim São Luís.

Eu não consigo entender. Quando eu vejo a viatura, as pernas tremem, o coração dispara. Daí eu paro e penso: *“Mano, não devo nada. Tem tanta coisa errada na quebrada; será que os caras não veem? A nossa saúde pública é uma das maiores chacinas nas filas de espera”*. A viatura passa, e eu fico mais tranquilo, na noite escura e no olhar claro, que na quebrada não pode vacilar. Os vermes, canalhas prontos, treinados para atirar. Vamos, sim, unir nossos armamentos. A realidade ensina: no beco, trombando o fardado de cinza, com a Mini-Uzi na mão. *“Vai, caralho, levanta a camisa!”* Esculacho, tapa na cara. *“Usuário noia, cadê as drogas?”* Assustado eu fiquei, minhas pernas tremiam. Preto periférico.

Juventude do gueto com informação, perigo para o Estado é nossa articulação! Juventude do gueto com informação, perigo para o Estado é nossa articulação! Juventude do gueto com informação, perigo para o Estado é nossa articulação.

Os caras querem ver nós nos cansarmos, mas nós vamos cansar, não, porque quem está morrendo somos nós, juventude. E juventude do gueto com informação, é perigo para o Estado, e essa é a nossa articulação.

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Thiago!

O Thiago matou a pau, mas furou a fila geral aqui.

A Ester Rufino, da EDUCAFRO, está aqui? A Ester ainda está aqui? *(Pausa.)*

Então, tem a palavra a Valdênia Paulino, do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba.

Enquanto a Valdênia chega, quero fazer um chamamento. O caso do menino Lucas, que foi vítima de racismo na escola, vai ser julgado no dia 8 de julho, às 13



horas, no Fórum de Guarulhos, no Centro. Ele sofreu o crime de racismo por conta do cabelo *black power*. É superimportante — quem puder — se somar no dia 8 de julho, às 13 horas, no Fórum de Guarulhos. É importante nessa hora também haver volume, para que a turma sinta a pressão.

Agora, vai falar a Valdênia Paulino e, depois, o Beto Teoria, do Nação Hip Hop.

A SRA. VALDÊNIA PAULINO LANFRANCHI - Boa noite a todas e a todos! Claro, esta CPI é muito importante. Por conta dos 3 minutos, eu vou procurar falar bem rapidinho.

Venho da Zona Leste, sou advogada; eu me formei em Direito não para brigar pelos direitos, mas para defender o nosso povo do próprio Estado. Sabemos bem o que estamos dizendo. É muito fácil ser criminalizado, sendo juventude negra e na periferia, como já foi dito aqui.

Europa e Estados Unidos levam de 3 a 4 dias para fazer o velório de alguém que morre. Quando eu pergunto no Brasil quanto tempo levamos para velar os nossos mortos, o povo responde: *“Vinte e quatro horas”*. Mentira! Quem tem dinheiro fica aí umas 10 horas. Nós, da periferia, podemos abrir o caixão, por 15 minutos, na capelinha ou na cabana ou no cemitério. É ou não é? Isso significa que os 50 mil homicídios por ano ficam invisíveis, porque o Estado não deixa a gente ver os corpos dos que são assassinados. Então, está na hora de nós, em São Paulo, irmos para a Prefeitura e dizer: *“Agora nós queremos velar os nossos mortos. Nós temos direito às 24 horas que qualquer brasileiro que tem dinheiro tem”*, porque quando juntar aquela fila enorme dos mortos, dos nossos jovens assassinados, sexta, sábado e domingo, e a segunda, lotado, aí eles vão ver os nossos corpos. Mas 15 minutos, abre lá a tampa rapidinho, tampa, não dá tempo de a gente velar, chorar os nossos mortos. Isso é grave.

Então, gostaria que a CPI colocasse que o direito ao velório é um direito humano, e isso dá visibilidade aos nossos corpos que estão enterrados. Então, abrindo uma vala, jogam tudo dentro, e já era. Gente, se liga!

Outra coisa: raramente a gente consegue levar aqui um policial ao júri. Eu mesma tive de ser ameaçada de morte muitas vezes, para conseguir fazer isso. Quem é que consegue entrar no corpo de jurados? Só quem é funcionário público,



professor, quem trabalha em banco. Se liga! Quer dizer o povo julgando. Cadê que tem gente da favela dentro do corpo de jurados, gente?! (*Manifestação na galeria.*) Ei! Se liga! Não vamos conseguir nunca! Entendeu? Então...

Outra coisa: nós temos o Plano Nacional de Direitos Humanos, que nós construímos juntos nas conferências. É muito difícil levar testemunhas. Por que as famílias não querem? Porque são desqualificadas.

Que pena que o representante do Ministério Público saiu de fininho rapidamente. Eu olhei no relógio, não eram 8h30min. (*Palmas.*) Ué, nós fomos para a rua lutar para que o Ministério Público continuasse com o direito de investigar. Cadê que realmente colocam energia para investigar aqui os assassinatos cometidos por policiais da civil, da militar? (*Manifestação na galeria.*) O tempo que fica... Desaparecem.

Os programas de proteção às vítimas e testemunhas, primeiro, esculacham você, desestimulam. Depois que a pessoa que precisa do programa desiste, porque ele entra como testemunha, sai como acusado, no programa. Está certo?

Então, cadê esses programas? Aqui, eu acho que a CPI precisa pedir uma satisfação. E o tempo, se a pessoa está dentro do programa é porque o caso é muito grave! Cadê a celeridade desse processo? Cadê o Ministério Público?

Para concluir: não à redução da maioria penal; o fim dos autos de resistência!

E, se liga: em agosto nós vamos ter, aqui em São Paulo, o Relator da ONU para os casos de tortura. Aqui vai ter que estar a Zona Leste inteira, a Zona Sul, a Zona Oeste, Norte. Isso não pode ter espaço aqui sobrando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Valdênia.

A SRA. VALDÊNIA PAULINO LANFRANCHI - Vamos vir de cobertor, mas vamos ocupar isso daqui. (*Manifestação na galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Valdênia.

Vamos lá agora. É importante a contribuição de todos e todas. O Beto Teoria, da Nação Hip Hop; depois vai ser o *Rapper* Pirata, e, depois, o Cláudio, da Juventude do PSOL.

Beto Teoria, Nação Hip Hop Brasil.



O SR. BETO TEORIA - Boa noite a todos e todas. Saudações aí aos Parlamentares presentes, a todas as entidades, todas as lideranças aí.

Vou procurar não ser repetitivo, aqui, queria fazer um registro. A Nação Hip Hop Brasil completou 10 anos agora, em 2015, inclusive, Flávio Renegado, aqui presente, um dos fundadores da Nação Hip Hop também. Quando a nossa Hip Hop Brasil foi fundada, foi justamente para que os militantes do Movimento Hip Hop não só fizessem a sua arte através do *hip-hop*, mas usassem do seu conhecimento, da sua atuação na quebrada como ferramenta e instrumento de luta. E foi para isso que a nossa Hip Hop foi criada, para ser um instrumento de luta através dos manos e minas do Movimento Hip Hop. Isso há 10 anos. E 10 anos depois a gente continua discutindo o mesmo tema, seja nas periferias de São Paulo, seja no ABC Paulista, onde eu moro, ou seja no Alto Vera Cruz, onde o Flávio Renegado Mora.

Não é possível que a gente continue fazendo essa discussão e que não se avance da forma como a gente almeja.

E queria aqui fazer um registro, principalmente aos Deputados aqui presentes: eu acho que a mídia brasileira comete uma grande violência também quando ela distorce e omite as informações, porque nós sabemos que, muitas vezes, o lazer de muitos da periferia é apenas a televisão. E quando a gente vê aqueles jornalistas esbravejando números errados, pregando a discórdia, muitas vezes pregando inclusive... As pessoas contrariam as informações que muitas vezes não são passadas. Então, eu acho que muitas vezes esses meios de comunicação também têm que ser responsabilizados, (*palmas*), porque não é possível a gente ficar fazendo a luta diária enquanto eles ficam distorcendo a informação de uma forma vergonhosa e mentirosa, não é?

Então, é preciso fazer este registro, sim: que esses meios de comunicação também são culpados, e também precisam, de alguma forma, ser punidos por esse desserviço que pregam diariamente.

Na semana passada eu estive num colégio particular, no Tatuapé, fazendo um debate sobre a redução da maioria penal. Primeira coisa que me chamou a atenção no colégio particular: havia apenas 3 alunos negros, num universo de 230 alunos.



Eu estava na mesa com uma promotora do Estado de São Paulo — inclusive não vou citar o nome dela, mas é a promotora que está cuidando do caso da cratera do metrô —, e quando eu falei para ela que as principais vítimas eram os jovens de periferia, vítimas, principalmente, da ausência do Estado, que levava aqueles jovens às mazelas sociais, ela falou que não era verdade, que todo mundo tinha oportunidade, que a Justiça era igual para todos, como a oportunidade também era igual para todos. Eu respondi pra promotora que então a gente tinha que pegar todos os dados estatísticos que existem até hoje e rasgar, porque se aquilo que eu estava falando era uma mentira, ela estava sendo conivente com essa distorção de fatos, e ela, enquanto promotora de justiça, estava prestando um desserviço.

E isso é muito preocupante, porque a gente está aqui discutindo, debatendo, trazendo informações sérias, e as pessoas que vão julgar, que vão tramitar a parte administrativa, têm esse tipo de postura descabida — não né? —, desmedida e mentirosa. Isso precisa ser registrado, porque, se não, a gente vai ficar travando aqui uma luta desigual, dando murro em faca de ponta, enquanto as nossas vítimas estão morrendo todo santo dia.

E eu falo aqui não só em meu nome, da nossa Hip Hop Brasil, mas de vários manos e minas que morreram a serviço dessa luta. Nós, recentemente — inclusive a Deputada Leci está aqui presente —, no ano de 2012, tivemos um jovem que era egresso da penitenciária de Porto Alegre, o Rapper Taxi, que veio muito feliz para São Paulo. A diretora da penitenciária que o acompanhou chegou a comentar a foto que ele colocou, sobre a primeira viagem de avião que ele estava fazendo a São Paulo. Ele participou de uma atividade, tirou uma foto com a Leci, inclusive, ficou muito feliz com essa foto que ele tirou com a Leci, e, infelizmente, uma semana depois que ele saiu daqui, de São Paulo, desse encontro da Nação Hip Hop, ele foi assassinado com 22 tiros, em Porto Alegre. E até hoje nada foi julgado. E a única informação que a gente tem é que foi um ex-policia militar que o assassinou.

Então, a Nação Hip Hop é vítima disso o tempo todo. Os manos e minas do *hip hop* são vítima disso o tempo todo. A nossa juventude da periferia está morrendo o tempo todo. A gente tem que ficar ouvindo promotor, de forma deslavada e descarada, mentindo, omitindo informação, para que as pessoas não saibam o que acontece de verdade e o que, realmente, está dado para a sociedade brasileira.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu!

(Manifestação na galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Está aqui o Alfredo de Oliveira Neto, Presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro; Quilombhoje Literatura, o Márcio Barbosa; a Rita Maria, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB de São Caetano; e o Rafael Silva, da Secretaria Municipal de Educação; Coordenador do Núcleo de Educação Étnico-Racial.

Vai falar agora o Rapper Pirata, o Cláudio, da Juventude do PSOL, e, depois, o T. Kaçula.

Fala o Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA - Na suavidade, vamos pensar os *bang*, aqui. Eu não represento porra nenhuma, porque o problema da CPI é extremamente importante porque nós estamos falando sobre vidas. Infelizmente, as vidas também viraram um negócio do Estado, não é? Ganhar editais, etc. E a gente precisa repensar algumas fitas entre nós.

Mas, independentemente disso também, lembrar que a redução da maioria penal não é para jovens estamos falando de adolescentes, certo? Até 18 anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente. E aí, tem que falar com os irmãos aí, do Partido dos Trabalhadores, que quer fechar com o Alckmin a ampliação. Então, o *bang* está engraçado.

Mas vamos à questão do genocídio.

O Fórum de Hip Hop, junto também, com toda...É solidário com toda a periferia, certo? E a gente não representa a periferia; nós somos a periferia, e estamos falando daqueles que não vão conseguir colar aqui, porque sai uma pá de cada periferia, aqui, porque ficamos ouvindo algumas coisas institucionais, né? Mas está suave.

Queremos a apuração das mortes no Estado de São Paulo, também o fim do aprisionamento em massa. Temos 225 mil pessoas presas, no Estado de São Paulo; temos 10 mil adolescentes também aqui, na Fundação Casa, onde cada um custa 10 mil reais. São 100 mil reais, 1 bilhão de reais por ano aqui! O *bang* é esse.



Aí a gente quer outras fitas também. Eu queria ler a carta, já está entregue. Queremos o fim do *highlander*, dos ninjas, dos carros pretos na periferia. Queremos também o fim da criminalização por Deputados e Vereadores. O Telhada não para de falar merda, neste espaço aqui, contra nós, certo? E aí, os caras ficam lá, criminalizando o *hip-hop*, o *funk*, as quermesses, qualquer forma de encontro e convívio de moradores de periferias, e dando toques de recolher, que são direitos constitucionais conviver na comunidade e na periferia. E também nega a cultura. E aí não dá pra fazer porra nenhuma na Tiradentes, não dá para fazer porra nenhuma na Zona Norte, na Brasilândia, e nos *bangs*, que a gente sabe.

E aí tem umas reivindicações. Estou falando isso porque as relatoras acho que até pararam de escrever porque teve muito depoimento psicológico aqui.

Queremos a apuração dos crimes de agentes das instituições de polícias tanto fardadas quanto à paisana, que fazem as milícias e os esquadrões da morte.

Também queremos a indenização das famílias vítimas de ações dos agentes do Estado, como existe a indenização das famílias vítimas da ditadura, que era classe média. A lei dos caras, 9.140, indeniza-nos.

Outra coisa: apoio psicológico (*palmas*) e assistência social às famílias vítimas da violência do Estado. Queremos que tornem federais os crimes de grande repercussão. De que eu estou falando? Das chacinas, DJ Lah, a de Jabaquara, a de Jaçanã, que fazem carnaval com as vidas e deixam prá lá. Mas as também que não aparecem, porque a coisa mais louca desta CPI, que eu acho mais importante, o pessoal vomitando dados, que eu odeio esse papo de dados, 29 por 100 mil. Esta CPI está falando de 60 por 100 mil. São mais de 30 mil mortes! Não são 30 mil, são 33 mil e etc. Mas vamos continuar o *bang* pra não ficar esticando chiclete.

Também queremos o fim da instituição Polícia Militar porque o País não está em guerra. Ela foi criada nos anos de chumbo, suas ações não são de justiça e, sim, de confronto com inimigos que são pretos, pobres e periféricos. E nós não estamos em guerra, e esse alvo sempre são os cidadãos. Eles são as vítimas, que são crianças, adolescentes, jovens, estigmatizados como inimigos neste País.

Também queremos a responsabilização das empresas de mídia que descumprem os direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.



Queremos o fim de programas de cunho policial que somente aumentam a estigmatização da população moradora da periferia, criminalizando-a.

E queremos a responsabilização, que é o *impeachment* mesmo, o *impeachment* por racismo, porque outros *bangs* não rolam. Por racismo do Geraldo Alckimin (*manifestação na galeria*), por descumprimento da garantia de direitos e efetivação das leis federais, pela qual, na sua essência, está a garantia de direitos humanos — ECA, SUS, educação, saúde, combate ao racismo, SINASE e SUAS.

E também queremos que os partidos aprendam a dialogar com a periferia, sem querer tomar conta da periferia.

Falei! (*Manifestações nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Pirata.

Vai falar agora o Cláudio, da Juventude do PSOL; depois o T. Caçula, e, depois, a Simone do Movimento Rua.

O SR. CLÁUDIO - Uma boa-noite a todos os companheiros e companheiras. Eu quero ser bem breve, porque eu acho que as falas anteriores me contemplaram e contemplaram o que eu represento.

Eu queria dizer que é muito importante que esta audiência, esta CPI chegue na ALESP, e chegue neste Estado, onde o Governador, após... O Governador, não, o mesmo partido e a mesma política neoliberal implantada há mais de 20 anos abandonou gerações e gerações, nas quais eu me incluo e nas quais a juventude aqui presente se inclui, privatizando e sucateando o ensino público, a educação, e todo o funcionalismo público. E agora querem jogar nossos jovens pra dizimar suas almas e mentes em presídios privatizados, porque há um interesse econômico por trás de toda essa conjuntura.

E outra relação é a compreensão de que o racismo é um problema estrutural em nossa sociedade. E isso o Florestan Fernandes já nos deixou bem claro.

Eu queria também tocar no tema de que é muito importante que tenhamos esta CPI na ALESP, e que o ECA — que o Governador acusa, que agora quer ser modificado —, não é cumprido. Ou seja, primeiro tem de cumprir o ECA. O ECA exige escola, exige creche para as nossas crianças, crianças da classe trabalhadora.



Ou seja, eu agradeço a todos os companheiros aqui presentes, e vamos à luta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Cláudio.

O T. Kaçula... Passou.

Quero registrar aqui que o Marcelo Aguirre representa o gabinete do Deputado Federal Ivan Valente. O José Lumeno é Coordenador da Assessoria de Políticas para Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. O Kaçula já era, certo?

Então, a Simone Nascimento, do Movimento Rua, e, depois, a Gabriele Valim, do Juventude Viva, e a Ângela, do Conselho Nacional da Juventude.

Primeiro, a Simone Nascimento, do Movimento Rua.

A SRA. SIMONE NASCIMENTO - Boa noite. Primeiro, eu queria saudar o espaço e queria saudar, principalmente, os negros que ocupam hoje a ALESP. A gente sabe o quanto é difícil os negros ocuparem os espaços políticos.

Queria dizer também que a minha fala é muito mais uma fala de saudação. Eu fiquei muito contemplada, principalmente pela fala do companheiro Juninho, o quanto ele me representa também ao lado da Unidade da Juventude, cotidianamente.

Queria dizer que nunca foi tão importante a luta em unidade nas ruas, porque, para além da CPI, é também nas ruas que a gente vai conseguir convencer a população de que a redução da maioria penal não é uma via, porque, como foi dito aqui anteriormente, a grande mídia do sangue comprou muito o debate de convencer a nossa população de que reduzir a maioria penal é reduzir a violência.

Queria dizer também que, para muito além do que a gente fala do Cunha, do Coronel Telhada, é também a responsabilização do Governo Federal, porque, para mim, não existe pátria educadora onde, como no Brasil, há genocídio da população negra, em que mais de 30 mil negros morrem por ano. Não existe essa pátria educadora neste País.

Quero dizer também que, para muito além do Levy e da terceirização, é pensar na questão de que não há negociação quando a gente fala que foi aprovada semana passada a Resolução da Redução da Maioridade Penal, querendo negociar



a questão do crime hediondo da nossa população negra, das nossas crianças e adolescentes negros, porque a gente sabe que menos de 1% representa a questão do crime hediondo, e que isso é uma negociação, e que nós não vamos aceitar negociação da nossa vida, como já vem sendo feito há anos.

Queria dizer também que não existe luta antirracista sem a luta anticapitalista, porque o racismo neste País é a base do capital, e a gente sabe que, para muito além, para derrubar o racismo, cotidianamente, a gente tem que aniquilar esse sistema que nos oprime. (*Palmas.*)

Quero também lembrar que o genocídio, para muito além — aí fica o pedido para que nos ouçam — do físico, é também psicológico. Quero lembrar o que fizeram com a companheira “trans” Verônica. O que fizeram com ela não é um ato humano. (*Palmas.*) O genocídio não é só físico. Não adianta reduzir os sonhos da nossa juventude a zero, para os que não morrem, os que não valem para o emprego barato, que é o único lugar a que nos destinam. Agora querem nos encarcerar, porque, se eles não puderem pagar pelo trabalho que a gente faz, que são os trabalhos de piores condições... Agora querem tirar a nossa vida.

Deixo esta saudação ao espaço, com muita luta e unidade, para que a gente saia... Além do Congresso Nacional, no dia 30, além da CPI, que a gente vá às ruas mostrar a nossa força, porque lá eles não querem nos ouvir. A bancada da bala está indo de farda, e eles não me representam lá. Eles matam todos os dias os meus irmãos em Pirituba, de onde eu venho. Eu acho que, assim como diversas mães, assim como diversas mulheres que estão aqui, a gente não aguenta mais chegar a casa, botar a cabeça no travesseiro e não conseguir dormir pensando em onde estarão os meninos que não chegaram a casa. Essa dor não tem comparativo. Não dá mais! Para acabar com o antirracismo, a gente tem que lutar para derrubar esse sistema capitalista, esse capital e culpar também o Governo Federal, porque isto aqui não é uma pátria educadora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Simone.

Vai falar agora a Gabriele Valim, do Juventude Viva, e, depois, a Presidenta do Conselho Nacional da Juventude, a Ângela.

A SRA. GABRIELE VALIM - Boa noite. Eu não quero falar para os convidados porque eu sei que todo mundo que está aqui é da luta, é do dia a dia e



faz essa batalha no seu cotidiano. A minha fala é para a Mesa. Eu quero pedir a atenção de vocês, porque a gente está falando aqui do desrespeito a nós, mas principalmente do desrespeito de vocês, que nos representam.

Então, o que eu quero dizer é que existe uma juventude que está organizada, que está lutando e que a gente quer ser ouvida, porque eu estou aqui, eu estou viva, eu ainda não fui morta; não sou uma das 83 jovens pretas que morrem por dia. Por isso, eu estou aqui lutando, mas falando pelos meus, porque eu corro o risco de chegar a casa hoje e ser morta, ser assassinada, porque este Estado racista, machista, quando não mata pela bala, quando não prende, nega-me um serviço de saúde, porque eu tenho que ir ao hospital e ficar 5 horas para ser atendida e sair de lá sem um serviço de qualidade.

Então, eu quero que vocês anotem as nossas demandas e de fato nos representem, porque a nossa juventude está na universidade, a nossa juventude é jornalista, é médica e advogada, e a gente não precisa que falem por nós.

Então, eu estou aqui enquanto mulher preta, pobre, da periferia, jornalista, para dizer o que a gente quer. A gente não quer a redução, a gente quer um país igual. Eu quero estar aqui, enquanto mulher preta, dentro desta Casa, para poder representar as minhas demandas e o meu povo. A gente, pensando nisso — nós, a juventude que está aqui, uma galera —, está organizando o Festival Musical Contra a Redução, que é o 15 Contra 16, esses adesivos que vocês estão vendo, porque a gente está cansada. Só que, ao mesmo tempo em que eu sou Poder Público enquanto Juventude Viva, eu sou da rua, sou da quebrada, sou mulher preta, e está sendo foda construir isso, porque, dentro do próprio Governo, tem gente desarticulando essa porra! Então, eu preciso da ajuda da juventude. É preciso que a gente se una para fazer essa porra acontecer, porque não vai acontecer! (*Palmas.*) Eu estou cansada de falar com um cara e ele deslegitimar a minha fala porque eu sou mulher, porque eu sou nova. Chega! Eu quero ser reconhecida pela minha capacidade. (*Palmas.*) Eu quero chegar lá e ser ouvida, independentemente da minha idade, independentemente de onde eu moro e do meu gênero. Eu não quero que um homem tenha que ligar lá para reafirmar as mesmas palavras que eu já disse!



Então, isso vai depender de vocês. Para esse festival acontecer, vai depender de vocês, vai depender de que vocês assumam a sua postura de representar o povo que está aqui gritando, que está aqui batendo o tambor, falando que não quer a redução, e levem isso a sério! Façam as devidas movimentações para isso não acontecer! Que nos instrumentalizem! Aqui a gente está dizendo: “*Não vai ter redução!*” A gente vai levar o Dexter, vai levar o Carly Rae, vai levar o Naldo para isso não acontecer! A única coisa que a gente está pedindo — não é dinheiro — é que vocês potencializem o que a juventude está fazendo, o que a juventude da periferia veio aqui gritar, que a gente não quer a redução! (*Palmas.*)

Dia 28 de junho, em Itaquera, o Festival Musical Contra a Redução da Maioridade Penal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Gabriele.

Vai falar agora a Ângela. A Ângela Guimarães está chegando.

Chegou aqui uma provocação para um ato que vai haver na quinta-feira, chamado Quinta-Feira Vermelha, em defesa dos direitos. Quinta-feira, dia 25, às 17h, no MASP, convocado pelo MTST, CUT, UNE, CTB, Intersindical, Círculo Palmarino e outras entidades. Quinta-feira, às 17h, no MASP.

Falam agora a Ângela Guimarães, a Presidenta do Conselho Nacional da Juventude, e, depois, se eu entendi, o Atevir, integrante do Pavilhão Nove, do Fórum do Hip Hop, trabalhador da assistência.

Sra. Ângela Guimarães, do Conselho Nacional da Juventude.

A SRA. ÂNGELA GUIMARÃES - Obrigada, Deputado Orlando.

Eu quero saudar aqui a todos os movimentos, a todas as mães, a juventude, o Movimento Negro, o Movimento Estudantil e todos os presentes.

Quero saudar aqui também os Deputados e Deputadas desta Comissão.

Este é um dia importante e histórico. Em nome do Conselho Nacional de Juventude, que articula mais de 73 organizações nacionais de juventude e tem esse tema como tema principal da ação política, eu venho aqui reafirmar muito do que foi dito, porque nós acreditamos que o Movimento Negro e os movimentos sociais já vêm denunciando essa altíssima mortalidade de jovens há muito tempo. Infelizmente, para muitas das nossas instituições, essa denúncia foi invisibilizada.



Eu acho que nunca é demais repetir que o Brasil é, sim... Este é um diagnóstico que os movimentos já fazem há muito tempo. Mas isso precisa constar no relatório final da CPI: este Brasil é a 7ª economia mundial. Este mesmo Brasil, que, nos últimos 12 anos, tirou 36 milhões de pessoas da linha da miséria, este mesmo Brasil que dobrou a sua população universitária e universalizou praticamente a educação fundamental ainda é, sim, um País inseguro para ser jovem, para ser negro e para ser da quebrada e da periferia. É um grande risco ser jovem negro e da periferia no Brasil atualmente.

Como muitos já falaram aqui, há uma determinância racial, porque o racismo continua perverso e cada vez matando mais, matando simbolicamente as nossas culturas, apedrejando as nossas crianças do candomblé e da umbanda, matando a nossa memória, adentrando os campos de futebol e eliminando-nos da participação política. Há também uma determinância geracional. A juventude negra não é enxergada como potencial revolucionário e de desenvolvimento para a Nação. As nossas vidas são ceifadas diariamente. Há uma situação de invisibilidade, sim! Há uma situação de impunidade! E, aqui, eu acho que precisam ficar bem acentuadas as transformações no sistema de Justiça brasileiro. É inadmissível que, após os crimes de maio de 2006 — e estamos caminhando para 10 anos do ocorrido —, os 496 corpos que foram achados, porque muito mais foram vitimados, desses corpos que foram achados, existe zero inquérito. E, apesar disso, os Deputados desta Assembleia não se mobilizaram para vir aqui, esta noite, ouvir o brado da juventude da periferia, das mães e dos movimentos. Eles precisam ser responsabilizados! (*Palmas.*)

Nós temos oportunidade, com esta CPI, de apontar para uma política de Estado que responsabilize o poder público nas suas três esferas. Eu falo aqui, sim, também, em nome do Governo Federal, porque é recente que o Governo Federal assumiu esse problema, retirou de debaixo do tapete e lançou o Plano Juventude Viva. Mas, como o Gabriel já falou aqui, esse foi apenas o primeiro passo, foi apenas o começo. A transformação que está por vir precisa apontar para outro modelo de segurança pública; precisa apontar para maior efetividade do nosso sistema de Justiça; precisa apontar, como o Elder trouxe aqui, para uma radical transformação dos nossos meios de comunicação, que são cúmplices e, ao mesmo



tempo, legitimadores da política de violência sistemática em relação à juventude negra.

Então, os caminhos que o Deputado, Presidente desta Comissão, aponta aqui são: um pacto nacional pela redução de homicídios; a reestruturação da política de segurança pública; o combate à impunidade, porque é inadmissível que apenas 5% dos homicídios no Brasil tenham algum tipo de elucidação; a aprovação do PL 4.471, de 2012, pelo fim dos autos de resistência e também a conclusão do arquivamento da PEC nº 171, que não está dissociada do projeto de violência sistemática, de extermínio de genocídio da juventude negra. Hoje, uma maioria conservadora, que tomou de assalto o Congresso Nacional, aponta para a aprovação da PEC nº 171. Que a gente continue tomando as ruas, denunciando através de festivais, de vigílias, de passeatas, de articulações, de ocupações de Brasília, para o fim do genocídio da juventude negra!

Nós temos que barrar a redução da idade penal. É mentira que a gente vai combater a violência encarcerando as pessoas. O Brasil hoje já tem a quarta população carcerária do mundo, já seleciona racial e socialmente quem vai. Por isso, que nós temos 60% de negros e 55% de jovens nas nossas prisões.

Então, um grande “salve” a toda à molecada da quebrada, da periferia, à juventude. Aos movimentos sociais, nem um passo atrás em relação ao fim do genocídio da juventude negra e nem um passo atrás em relação ao ataque dos direitos da juventude; e que sejam contra a redução da maioridade penal e contra a PEC do Estelionato, contra a PEC 171!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Muito obrigada, Ângela.

O Sr. Atevir, que é do Pavilhão Nove, do Fórum do Hip Hop. Está aí, não? Está aí? Depois, o Paulo Magrão, da Capão Cidadão.

O SR. ATEVIR - Salve, salve, todos os presentes aqui na CPI. Para começar, eu quero que esta CPI seja levada a sério, que não seja apenas um trampolim, que seja usada como promoção e, sim, que seja efetiva no combate ao genocídio e à violência contra o nosso povo. Para ser efetivo, o combate ao genocídio tem que começar já com o fato de se dar ao nosso povo o acesso de qualidade à saúde, à



educação, aos nossos direitos. Que os nossos direitos não sejam apenas privilégios de alguns.

Referente às mortes que acontecem, nós queremos que seja feita a justiça, queremos que as famílias sejam indenizadas.

Nós estamos aí na luta contra essa redução da idade penal. Nós queremos também o fim da Polícia Militar. Nós queremos também que seja revista a questão da política de segurança pública, porque essa política só oprime o nosso povo e só encarcera. E nós não queremos encarceramento, não. Nós queremos ter acesso aos nossos direitos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ATEVIR - Isso. Com certeza. Nós queremos que a justiça seja feita em relação à chacina do Pavilhão Nove, que as famílias sejam indenizadas e também que a Justiça se empenhe nos outros casos, no Grajaú, em São Luís e em todas as quebradas do Brasil afora.

Chega de morte ao nosso povo! Nós queremos viver! Não queremos apenas que cheguem alguns aqui como sobreviventes. Nós queremos viver! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Valeu, Atevir!

O Paulo Magrão, eu vi por aí mais cedo. Acho que ele já vazou. Pronto!

O Thiago Dantas, eu desconfio que seja o Thiago que já interveio e já falou, do Sarau Preto no Branco, certo? Então, já era.

Maria Carolina, da Marcha Nacional das Mulheres Negras. *(Palmas.)* Depois, o André Luís, da Kizomba da Juventude do Terreiro.

A SRA. MARIA CAROLINA - Oi, gente! Eu me senti contemplada pra caramba com todas as falas aqui, inclusive a da Gabi. Acho que ela foi muito f... em tudo o que ela falou, e está certa.

Na minha fala, quero dizer — bom, pelo visto ele não está aqui, mas vou retificar, querido — que ter um Estado genocida não é culpa das mães, porque as mulheres pretas são arrimo de família nas quebradas. Elas têm que dar de comer, têm que criar os filhos e têm que conseguir trabalhar. E a m.... do Governador que a gente tem — desculpem-me, porque estou nervosa pra caramba — vai tirar o projeto Educação de Jovens e Adultos - EJA. Ou seja, a gente já tem a nossa população preta, a nossa juventude fora das escolas; nas universidades, ela está em



porcentagem superpequena, enquanto 70% da população carcerária é negra. E aí vem um cara que, com certeza, tem babá pra criar os filhos querer culpar as mães pretas!

Na moral, vamos dar licença, vamos parar de falar b...., porque a gente está aqui pra denunciar, e não pra ficar ouvindo b.... Sem contar que esse cara, pelo que eu sei, é da bancada da bala.

Enfim, eu quero deixar bem claro, gente, quero fazer um convite, quero retomar o convite de que dia 18 de novembro vai sair a Marcha de Mulheres Negras lá em Brasília. Por favor, compareçam! A gente está articulando os ônibus para irem pra lá. Então, vamos nós, mulheres, em peso!

Não venham culpar a gente. Venham dar educação! Venham dar educação, tirar essa galera da quebrada, essa galera que está se f.....! Estão querendo criminalizar a nossa juventude. Não! A gente vai dizer um “não”, a gente vai dizer um “basta” pra toda essa m.... e esse processo genocida!

Num processo genocida não é só matar — já estão matando pra caramba —, mas é não dar educação, é não dar os direitos básicos, é não fazer com que sejam efetivados direitos humanos. Vou falar real: quando eu falo de direitos humanos, eu vejo que não existe o lance do negro. Quando a gente fala de direitos humanos, eu só penso em gente branca. O que são direitos humanos pra você, pra galera que está aqui? Eu quero entender. Agora, a gente tem um movimento negro debatendo isso, mas em várias palestras...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MARIA CAROLINA - Exatamente, porque o negro, a população negra é sempre falada como sendo um apêndice da política: “Ah, vamos dar uma cota lá só pra gente não pagar de racista”, porque o nosso Estado é racista.

Então, vamos enegrecer as universidades e vamos parar, porque a única coisa que está preta aqui são as cadeias. Eu vou ratificar a fala da Leci: nós queremos mais escolas e menos cadeias!

Vamos dizer um “basta” a esse genocídio!

Obrigada, gente! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Carolina.



Vai falar agora o André Luís, da Kizomba da Juventude do Terreiro, e, depois, a Olinda Morena, da Juventude de Terreiro de Guarulhos.

O SR. ANDRÉ LUÍS - Olá! Boa noite a todos e a todas. A minha bênção a quem é da minha tradição, a minha bênção aos meus ancestrais!

São muitas as coisas, mas eu acho que eu não vou ser batido; vou sintetizar bem.

Primeiro, quero agradecer à Mesa por estarem aqui, apesar de saber que muitos que estão aqui já estão na luta e muitos, que deveriam estar, não estão, principalmente o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que deveria estar abrindo esta sessão. Que bom que nós temos aqui a Deputada Estadual, Leci Brandão, que pode fazer isso, porque o cara não está nem aí e não está nem um pouco comprometido com a causa, assim como esse Governo do Estado de São Paulo também não está comprometido com essa causa. Ele quer mais é que a gente morra mesmo e que a gente crie o berçário-cadeia.

Eu estive em Brasília no começo do mês, eu estava passando por lá, e tive o desprazer de presenciar alguns minutos da reunião da Comissão. Eu saí de lá horrorizado, porque realmente era o circo dos horrores. Quantos de nós não podemos estar lá por “n” motivos presenciando essas discussões, e os Deputados que tinham que fazer uma diligência sobre a CPI estavam discutindo o que eles iam comer à noite, em vez de falar dos jovens que estão morrendo todos os dias nas quebradas.

Não poderia deixar de falar também das minhas comunidades tradicionais, dos meus eventos que são invadidos pela Polícia todos os dias. Só lembrar também que eu sou da juventude e da infância que levam pedradas na rua, porque se vestem de branco, porque vestem turbantes, e porque seguem a sua tradição.

Eu, do ano passado para cá, de 2015 para cá, já enterrei três jovens de comunidades tradicionais, porque as comunidades tradicionais hoje estão na periferia, elas estão na ponta. Os pais e as mães fazem um trabalho competente dentro da tradição africana. Acho que isso é o que temos que valorizar, nós temos que valorizar os nossos mestres que sabem falar, que sabem falar contra a redução, tratar de maioria penal, dentro de uma linguagem que acesse à periferia. Nós temos que fortalecer os saraus que acontecem e que apropriam esses jovens para



estar mostrando a sua arte, toda a produção artística que essa periferia promove. Isso é o que salva essa juventude.

Eu sou da cidade de Campinas. Só para exemplificar, eu sou de uma cidade em que a Polícia Militar do Estado de São Paulo emite uma ordem de serviço, dizendo que tem que abordar todos os jovens, negros e pardos — era assim que estava na ordem de serviço —, no Taquaral, que é um bairro nobre da cidade. Eu sou da cidade em que, meses depois, mataram, em três bairros, durante 3 horas, 12 jovens. Essa ordem de serviço do capitão Ubiratã — que só para a gente reforçar também, não foi feito nada com ele, como várias vezes nunca é feito nada; ele foi até promovido para outro departamento — estava bem enegrecida, porque dizia que era para abordar jovens, negros e pardos, de 18 a 25 anos. Então, é esse o Estado em que vivemos hoje, e este Governo é o que está querendo nos matar mesmo e está querendo nos reduzir.

Eu vou concluir, porque é muita coisa. Eu já fui muito contemplado aqui pelos que me antecederam.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, André.

Pessoal, faltam três intervenções e, depois, o fechamento aqui da nossa reunião, está bom?

Vai falar agora a Olinda Morena e, depois, a Rerizenil de Paula. E o último vai ser o Gildo, que esteve conosco desde hoje cedinho, não é Gildo?

Olinda Morena, por favor.

A SRA. OLINDA MORENA - Boa noite a todos e a todas, povo da cidade de Guarulhos. Cumprimento a Mesa e todos os negros e negras presentes.

Eu venho falar um pouco sobre a juventude em geral, porque eu fiz parte de todos os movimentos de juventude, de todos os movimentos negros de dentro da cidade de Guarulhos. Então, assim, é muito cômodo quando a gente elabora algumas coisas, são ditas algumas coisas nas grandes tevês, e aí fica a questão da juventude do negro.

Eu faço parte agora de uma juventude que está sendo mais do que intolerada, engolida pelas pessoas, pela sociedade, que é a juventude de terreiro. A juventude de terreiro também sofre um grande genocídio, a intolerância. Há pessoas sendo



apedrejadas dentro e fora dos seus cultos, dos seus templos de louvores, que são o Candomblé e a Umbanda. Acho que a intolerância religiosa está sendo voltada para a grande parcela de pessoas jovens dentro das comunidades tradicionais. Elas estão sendo massacradas. Eu queria me reportar à Mesa, dizendo que tem que ter uma unificação para essa juventude. O meu povo negro de Candomblé está sendo massacrado!

Dentro da região onde moro, no Continental I, uma área nobre de Guarulhos, fizeram um Candomblé na minha rua. Fizeram um abaixo-assinado para tirar o Candomblé da rua. Foi feito duas ruas acima, e fizeram um abaixo-assinado para retirar o Candomblé de lá.

Fizemos um ato em Guarulhos, o primeiro Encontro de Juventude de Terreiro, ontem, com 150 zeladores jovens, o povo do santo, dentro de Guarulhos, com muita dificuldade, com empenho total da juventude de terreiros de Guarulhos. Fomos contemplados com 150 pessoas, num lugar em que existem mais de 2 mil terreiros. As pessoas estão com medo de sair nas ruas, as pessoas estão com medo de se vestir de baiano, e não é por causa da religião, é por causa da afronta, é por causa das pessoas que não têm respeito.

Então, fica o meu recado aqui, porque a juventude não morre nunca. Fica um recado também para a juventude, que é o ENJUNE — Encontro Nacional de Juventude Negra, do qual eu fiz parte, e que não foi citado aqui, porque a gente sofre já esse genocídio há muito tempo, eia!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Olinda. Em seguida, Rerizenil de Paula, que pediu a palavra.

Queria até pedir ao pessoal que pudesse ajudar a dar uma concentrada aqui, porque está chegando a fase final da reunião — a turma que está aí fora!

Depois da querida Rerizenil de Paula, vai falar o Gildo e vamos passar para as considerações finais da reunião.

A SRA. RERIZENIL DE PAULA - Boa noite a todas as pessoas!

Eu acho que aqui é um lugar maravilhoso, porque está resolvendo; não resolve só o problema da mocidade, resolve todos os problemas da cidade, do nosso País, porque o nosso País está muito duro com tudo. Há pessoas embaixo da ponte, as crianças todas jogadas embaixo da ponte, famílias cheias de crianças



pelas ruas, todas deitadas embaixo da calçada. A nossa cidade de São Paulo está parecendo um cemitério abandonado.

Então, eu acho que o Brasil é um lugar rico, um lugar maravilhoso. Nosso lugar não pode ficar desse jeito. Você anda pela cidade e parece um cemitério abandonado, cheio de guerra, pessoal cheio de droga.

Mas, hoje eu vim aqui falar não só da droga, pois estão muito atacadas mesmo as crianças. Elas estão com medo, vão para a escola com medo, entram em casa com medo, têm família desorganizada. Eu acho o seguinte: fala que na rua as pessoas têm que mudar, mas não. Daqui para frente, todas as famílias têm que mudar o modo de falar com as pessoas, com as crianças, têm que levantar a bandeira dentro de casa. A bandeira da família está muito caída. Todo mundo neste mundo tem que levantar a bandeira dentro de casa, porque a família é que coloca essas crianças na rua.

Então, eu quero vir aqui hoje pedir, dar um abraço em todas as pessoas que estão ajudando a juventude, porque sem a juventude não existe Brasil nem o mundo sem criança, porque, no começo do mundo, estão as crianças. As pessoas envelhecem: chegam 20 anos, 30 anos, vão chegando logo 60 anos. Então, se não existir criança, se não existir mocidade, como é que a gente vai viver?

Dizem: *“Os velhos estão durando mais”*. Não importa que os velhos estejam durando mais. A gente quer que as pessoas que estão nascendo agora tenham um meio melhor, um mundo melhor, com as crianças e com a mocidade. *(Palmas.)* A mocidade é que dá conta dos papéis, das máquinas. A mocidade está muito triste!

A gente sai nas ruas — eu sou popular —, as crianças chegam à minha volta. Elas choram! Eu levanto a mocidade, porque eu tenho dó de criança. Vamos levantar toda a mocidade! Todas as pessoas que lidam com o Governo, em todo o território nacional, têm que fazer uma lei muito forte para as crianças. Este Brasil tem que levantar na marra! Está caindo! Vamos levantar o Brasil com essas crianças, o Brasil com a família! A família também tem que se levantar, mudar de ideia!

Eu sou igual a uma águia. Tem que haver uma águia dentro de casa e na rua! Vamos todo o mundo levantar bandeira na rua, onde houver pessoas, em todo canto do mundo! Vamos dar uma força à juventude, porque a juventude é maravilhosa! Eu amo as crianças, amo a juventude pelo seguinte: as crianças não têm apoio de



ninguém, nem dentro de casa, nem na rua; elas dependem de nós, mais velhos. A mocidade está começando agora. Como é que se quer que a mocidade seja direita?

A bandeira do Brasil somos nós! Nós vamos levantar a bandeira para este Brasil, a bandeira para o mundo, porque, sem criança, o mundo não vai! Brasil, parabéns por esse trabalho sobre a juventude, porque a juventude é nossa! É nossa! *(Palmas.)* Vamos levantar! Éta mocidade! A mocidade é linda! Vamos sacudir a bandeira para a mocidade e para o povo também, porque, se o povo não tiver coragem, este Brasil não vai! Vamos largar de ter um Brasil caído! Eu quero ver a minha Pátria, antes de morrer, levantando a bandeira e balançando! Não deixem cair! Vamos levantar! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado.

A SRA. RERIZENIL DE PAULA - O Brasil é lindo! O Brasil é maravilhoso! O Brasil é rico! Povo brasileiro, mude de coração! O coração do Brasil tem que gemer sangue, igual a Jesus, quando estava na cruz. Nós estamos passando por uns momentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, querida!

A SRA. RERIZENIL DE PAULA - Como é que as pessoas passam em seus momentos com tudo caído... Então, os momentos bons viram momentos ruins, só de lágrima, só de sangue! Vamos levantar o Brasil! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Rerizenil!

A SRA. RERIZENIL DE PAULA - Viva a mocidade! Viva as crianças! Viva a família!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Viva!

A SRA. RERIZENIL DE PAULA - Família firme, firme, firme! Não deixem cair a bandeira! Quero que Jesus Cristo abençoe o mundo inteiro, crianças do mundo inteiro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Rerizenil!
Obrigado, querida!

A SRA. RERIZENIL DE PAULA - Parabéns, mocidade! Parabéns às damas! Parabéns para todo o mundo! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - O próximo vai ser...



A SRA. RERIZENIL DE PAULA - Jesus coloca a força neste Brasil! Parabéns! Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, querida! Muito obrigado! Obrigado, Rerizenil de Paula. (*Palmas.*)

Fala agora o último inscrito, o Gildo, da Articulação Política de Juventudes Negras.

O SR. GILDO - Boa noite a todos. Embora eu saiba que estamos todos com fome, cansados, eu começo minha fala ressaltando uma coisa que acho de extrema importância. É impressionante a capacidade que nós temos de querer falar, mas, na hora de ouvir, muitas vezes, pessoas que são importantes no processo preferem outras conversas a ouvir a fala dos companheiros que ficam para falar depois. E aqui, se a gente está falando em construir um processo em que todos participem, eu acho que é importante que a galera que falou aqui e que já fez a sua contribuição possa ficar no plenário também para ouvir os outros.

Eu sou da Articulação Política de Juventudes Negras, um coletivo de jovens que está a todo momento nas pontas discutindo as questões de juventude, mas que também se preocupa muito com as questões centrais, porque não adianta a gente estar enxugando gelo na ponta, vendo a situação como é dentro desta Casa. Nós estamos aqui dentro desta Casa, e eu me sinto à vontade neste momento. Para mim, que gosta muito de esporte, uma das cenas que mais me marca dentro do cenário esportivo é quando Jesse Owen ganha as medalhas de ouro na frente do Hitler, em Berlim, e ele faz o gesto dos panteras negras no pódio.

E eu peço licença aqui a todos para fazer o mesmo gesto nesta Casa!

Eu continuo aqui a minha fala, falando que a gente muitas vezes faz a discussão e a gente tem que fazer a fala institucional também. Até a Leci, que está aqui, é da Casa e pode representar. Nós temos no Estado de São Paulo a falta de uma política de juventude há muito tempo. A normativa do Conselho Estadual de Juventude é o Decreto nº 4.287/1997. Ele é de 10 de novembro de 1997. Esse Decreto, no art. 3º, § 2º, inciso I, está dizendo que os membros do Conselho são designados pelo Governador do Estado de São Paulo. Com quem o Governador do Estado de São Paulo está conversando? Quem daqui dialoga com o Governador do Estado de São Paulo? Quem conhece alguém que nos represente dentro deste



Conselho? A gente precisa acordar! A gente está aqui falando de muitas coisas. Uma moça ali disse que representa. A gente está aqui falando de muitas coisas e de várias questões da juventude, e eu não vejo aqui a juventude periférica de São Paulo, a juventude periférica de Campinas, a juventude de diversas cidades, representadas nesse Conselho. E aí a gente vem aqui falar de genocídio e não aborda essa questão? Não! Nós temos que abordar!

De alguma forma, essa CPI tem que pressionar os Governadores desses Estados fascistas, em especial do Tucanistão. São Paulo se tornou Tucanistão! A gente tem que acordar para isso, pois estamos perdendo cada vez mais direitos. E há quanto tempo eles estão no Governo?

E aqui eu venho ressaltar que, por causa de manifestações de juventude em 2013, acuado, o Governador sancionou a Lei nº 15.096, de autoria do Deputado Geraldo Cruz, instituindo políticas públicas para a juventude. Ele vetou quase todos os artigos. Ele não teve coragem de vetar a lei toda porque a juventude estava lutando e não tinha política de juventude instituída. Ele colocou apenas três artigos e não regulamentou a lei até hoje. E aí essa lei tratava de diversas questões dos segmentos vulneráveis. E quem aqui sabia disso? E, nessas questões, a gente coloca sempre que eu, Gildo, filho de nordestinos, morador da Zona Sul, me orgulho de ser um rapaz comum, como cantava a música do grupo do DJ Lah: *Mais um nascido e criado na Zona Sul*. Mas a gente não aguenta mais ser rejeitado. A gente não aguenta mais ser tratado como gado nesse Estado. E a juventude precisa lutar, e vai continuar lutando, para políticas públicas de juventude nesse Estado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Gildo.

Pessoal, vamos agora, como eu disse, entrar na fase final. Nós vamos ouvir aqui a nossa Relatora, que é a pessoa responsável por conduzir as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito. Antes dela, vamos ouvir a Deputada Mariana Carvalho, que participa da CPI, é Deputada pelo Estado de Rondônia e fez questão de vir até aqui.

Mas, antes de passar a palavra à Mariana, quero fazer apenas um agradecimento à equipe do meu mandato e do mandato da Deputada Leci Brandão, que se somaram para fazer a construção da agenda do dia de hoje. Várias



entidades do movimento social, do movimento negro, do movimento popular, participaram de uma série de encontros que construiu a mobilização para que acontecesse esta noite de hoje. A todos que participaram desse esforço, quero dizer muito obrigado.

Em segundo lugar, quero dizer que foi muito importante a manifestação deste plenário durante todas as 30 intervenções que nós ouvimos. Eu participei na semana passada da reunião da Comissão Especial que examina a Proposta nº 171, que reduz a maioria penal. Na época da reunião, eu inclusive defendi que a Proposta de Emenda à Constituição tem o número que merece, porque 171 no Código Penal é o estelionato. E essa PEC é um estelionato, porque é uma farsa que vende uma ideia ilusória de que reduzir a maioria penal vai acabar com a violência e com a impunidade.

Quem acompanha o debate no Brasil e no mundo sabe que essa PEC vai produzir justamente o contrário. Nós defendemos lá que o Brasil vai entrar na contramão do mundo. Mais de 70% dos países do mundo tem maioria aos 18 anos. E quem reduziu está voltando atrás. Nós defendemos lá que a universidade do crime, que é o sistema prisional, vai se faltar com a base mais ampla, com jovens e adolescentes para recrutar e sustentar a ação das organizações criminosas no Brasil. E nós sabemos: hoje é 16, amanhã vai ser 14, amanhã vai ser 12. E a gente tem que combater quem alicia os jovens, combater os bandidos que aliciam os nossos jovens. Para os jovens, tem que se oferecer chance, oportunidade, direitos, o que tem sido negado.

Mas nós saímos daquela reunião, em que pese o enfrentamento que nós fizemos, fragorosamente derrotados. Foram 21 a 6 na Comissão. Mas nós acreditamos que é possível reverter no plenário da Câmara, que terá que ter 308 votos. Aí a conversa é outra. Vamos ter mais chance, mais vontade, mais argumentos, mais possibilidades, mas seguramente vai ser muito importante haver mobilização! Eu acho bacana o chamado de uma caravana a Brasília no dia 30, colocando uma pressão na Câmara dos Deputados para que possamos impedir a votação desse, que seguramente será um dos graves retrocessos que o nosso País terá, se aprovado. Mas não passará. Eu tenho convicção de que nós vamos reverter.



E creio que nós devemos fazer, Presidente Reginaldo Lopes, o combate à redução da maioria penal, assim como fazemos a denúncia ao genocídio da juventude negra. A existência desta CPI, como muitos aqui falaram no uso da palavra, vai ficar só na conversa? Eu diria que a mera existência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a violência contra a juventude negra é uma conquista de quem denuncia o genocídio da juventude negra, porque é o Estado reconhecendo a existência dele. Ou seja, quem está na CPI, Leci, sabe que teve no começo membro da CPI dizendo que era uma farsa dizer que tem racismo no Brasil. Começou assim, dizendo que não tem racismo no Brasil! Vencemos essa barreira e, neste momento, no debate que fazemos lá, é se há ou não genocídio, porque, apesar dos números fartos e infinitos que demonstram essa ação, alguns tentam recusar.

Ao final, eu confio que vamos reafirmar a existência do genocídio como pressuposto para que haja políticas públicas, para que o Estado assuma sua responsabilidade no combate a essa tragédia que atinge a nossa juventude.

E concluo fazendo uma homenagem a algumas mulheres que nós conhecemos e convivemos ao longo do dia. Encerraremos agora perto de 23 horas uma agenda que começou às 9 horas da manhã.

Queria homenagear a Débora, companheira do DJ Lah, que participou num primeiro momento em nossa reunião; à Rosângela, mãe do Bruno Wagner, um menino que foi assassinado no Jardim Macedônia; à D. Geralda, que teve seu filho humilhado agora há pouco no Jardim São Luís; à Jane, que teve o seu companheiro assassinado na chacina no Jardim de São Luís, no fim de semana. Em nome deles, eu quero que nós possamos honrar a luta de todos aqueles que defendem, sim, direitos humanos para todos. Que façamos da tragédia que eles viveram uma inspiração para a nossa luta e para o combate sem trégua!

Passo a palavra para a minha colega, Deputado de Rondônia, Mariana Carvalho. *(Palmas.)*

A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO - Boa noite a todos. Eu também vou ser breve. Quero aproveitar e agradecer a presença de todos que vieram discutir até esta hora, quase 23 horas. Estamos com 27 Deputados titulares e 27 Suplentes fazendo parte desta Comissão de investigação. E a gente fica realmente feliz em ver



essa participação de vocês. O mais importante é ouvir. Quem vive a realidade, sabe da realidade. Cada Estado tem a sua diferença e sabe o que acontece.

Eu tenho o Estado de Rondônia, que é muito diferente da realidade daqui de São Paulo. Então, esta é a oportunidade que a gente está tendo de debater em todos os Estados, para a gente chegar a uma conclusão. E eu tenho certeza de que a nossa Relatora Rosangela vai dar esse resultado que é esperado pela população brasileira.

Como disse V.Exa., Deputado Orlando Silva, eu tenho certeza de que isso já é um grande avanço. Nós na nossa Casa temos apenas cinco CPIs, que podem ser abertas no mesmo momento. E uma delas é esta. Então, já começamos a ver o grau de importância que conseguimos. Eu, que estou chegando agora, posso escolher fazer parte dessa discussão de tanta importância, para acabarmos, sem dúvida nenhuma, com esse racismo no nosso País.

Então, agradeço muito a presença de vocês. Parabênzo o Deputado Orlando, por sua movimentação aqui no Estado de São Paulo. Agradeço também à Deputada Leci, que acompanhou os trabalhos durante o dia, junto com o Presidente da nossa Comissão, Deputado Reginaldo Lopes, a Deputada Rosangela Gomes e também o Gabriel Medina, que sempre está nessa luta nos apoiando. E eu tenho certeza de que vamos chegar ao resultado que queremos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Deputada Mariana.

Com a palavra agora a nossa Deputada, pelo Estado do Rio de Janeiro, Rosangela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Boa noite a todos e todas. Quero cumprimentar a Mesa. Eu vejo na ponta o Juninho; o Gabriel Medina; a Mariana, Deputada de primeiro mandato naquela Casa, assim como eu; o Deputado Reginaldo Lopes, por quem tenho um carinho muito grande. E sou muito grata ao Deputado Reginaldo, que me convidou para ser, de uma forma muito concentrada, Relatora desta CPI tão importante e relevante para o nosso País, que é uma demanda dos movimentos sociais de muitos anos. Eu já cheguei naquela Casa com a incumbência de fazer a relatoria de um projeto dessa magnitude.



Quero cumprimentar também a Ângela, que estava aqui, que esteve conosco o dia inteiro, os demais companheiros que estão aqui atrás, a Deputada Leci, que é essa figura que representa a cultura do nosso País, e o Deputado Orlando. Mais cedo eu pude falar, no Jardim Rosana, da minha satisfação de ter a companhia de um Deputado como o Orlando, tão atuante, tão concentrado, que se esforça tanto pelo nosso País.

Eu sou, como já foi dito, Deputada de primeiro mandato. Estou na relatoria desta CPI. Nós aprovamos inicialmente um plano de trabalho. Na fase introdutória, o plano foi ouvir os acadêmicos, analisar pesquisas, ouvir representações de movimentos sociais, ouvir famílias, denúncias, e é o que nós estamos fazendo até o dia de hoje. Nós fizemos audiência no Rio de Janeiro, que é o meu Estado, que não é diferente de São Paulo. Fizemos reunião em Alagoas, Estado também com indicadores altíssimos, com o Deputado Paulão. Fizemos audiência em Minas Gerais. Estamos aqui hoje. Fizemos também em Goiás. Semana que vem, estaremos em Belém. E é uma luta muito grande para nós na CPI travarmos esse debate, fazermos essas discussões, esse trabalho que nós estamos realizando, e a nossa maior dificuldade começa dentro da própria Comissão, com o que ouvimos.

Alguém falou aqui que foi à Comissão e ficou preocupado ao ouvir Parlamentares dizerem que queriam jantar. Nós, enquanto Comissão que atua todos os dias, ouvimos tantas coisas que às vezes temos vontade de parar, também porque onde chegamos as pessoas não acreditam no nosso trabalho. As pessoas não acreditam que esta Comissão possa dar uma resposta à sociedade.

Eu quero dizer às senhoras e aos senhores que, apesar de ser Deputada de primeiro mandato, de ser nova, até no movimento também... Eu ouvi aqui o Thaíde falar da mãe dele, que tinha orgulho de ser negra. E falava que ele é de 1967. Ele não está aqui — eu também não vou falar mal dele, não há por que —, mas quero dizer que sou de 1966. Ele é de 1967; eu, de 1966. Apesar de ter pouca idade, sou muito séria no que faço. Eu atuo com muita seriedade, tenho muito compromisso, muita responsabilidade.

Obviamente, eu vim aqui hoje para ouvir, porque a minha função na CPI é ouvir. Eu acredito que lei boa é a que nasce no meio do povo. A lei que não nasce no meio do povo não tem eficácia, na minha forma de entender e de ver. E durante



esse período nós estamos ouvindo, trabalhando de forma incansável. Esta CPI tem tempo para começar e terminar, mas ela vai ter continuidade através das Comissões que serão criadas nas Assembleias, nas Câmaras Municipais. Findando a CPI, nós iremos criar uma Comissão Especial para discutir esse grande pacto de enfrentamento da violência contra a juventude. Esse tema não vai ficar mais invisível, porque nós estaremos dando continuidade.

Eu quero dizer aos senhores e às senhoras que no plano há aspectos que nós queremos aprovar. Há mais um elemento importantíssimo na Comissão. Nós estamos, a partir de agora, com um olhar especial, dito pela nossa Ministra de Políticas para as Mulheres, na semana passada: nós também não podemos perder de vista as mães, as esposas que, infelizmente, quando perdem seus filhos, os seus maridos, ficam com sequelas, com dificuldade, com doença. Morre ali também a sua esperança, como vimos hoje a Rosângela relatar, acaba ali também a sua vida.

Eu ouvi aqui a nossa querida D. Zeni de Paula, por quem tenho todo o respeito, falar de família. É importantíssimo. Essa senhora, com todo o respeito, com toda a sua idade, com toda a paciência, está aqui nos ouvindo até esta hora. Ela não desiste de trabalhar e de viver.

Quero falar ao Douglas e ao Atevir que o nosso trabalho é muito sério. Sintetizando, quero dizer que ouvi todo mundo que estava aqui. Faço questão de toda segunda-feira estar nos Estados. Quero falar que o nosso trabalho é muito sério. Nós não estamos aqui brincando. O dossiê que nós recebemos aqui... Nós ouvimos tudo o que foi dito aqui. Está aqui a equipe da Câmara registrando tudo, gravando tudo, porque depois nós iremos nos debruçar sobre toda essa documentação, para fazer o nosso relatório.

Eu ouvi aqui alguém falar sobre fé. Eu quero dizer que a fé é a razão da esperança, e sem esperança não existe amanhã, não existe futuro. E a luta tem que continuar. Nós não podemos nos dobrar, não podemos nos curvar. Nós cantamos o Hino Nacional: *“Verás que um filho teu não foge à luta”*.

Então, não podemos desistir de lutar. Vocês estão certos. Vocês estão aqui reivindicando os seus direitos. Eu também sei o que é não ter casa. Eu sei o que é ser filha de pai e mãe alcoólatras, o que é ser órfã cedo, morar na rua. Eu sei o que é ser faxineira, porque passei parte da minha vida na faxina, quando não estava



vendendo água, queijo, doce nos sinais. Eu sei o que é vida dura, mas não desisti. Eu não desisti porque acredito no futuro. Eu acredito que, enquanto houver vida, há esperança. Então, “não” ao genocídio, “não” à matança do povo negro. Nós nunca podemos desistir de lutar, porque, com certeza, muito em breve teremos o futuro que desejamos, almejamos.

Desculpem-me por cansar vocês, mas é preciso, também, trazer um pouco de paz em meio a tanta guerra.

Muito obrigada. Boa noite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Antes de o nosso Presidente encerrar a reunião, eu queria agradecer à Deputada Leci Brandão, que, em nome da Assembleia, vai deixar uma última palavra para nós.

A SRA. COORDENADORA (Deputada Leci Brandão) - Eu já falei bastante hoje, já ouvi maravilhas. Eu quero aproveitar para fazer uma divulgação, porque isto aqui não vai sair no *Jornal Nacional*, no *Bom Dia SP*, nada disso. *(Risos.)*

No dia 28 de junho, das 12 às 22 horas, haverá um festival contra a redução da maioria penal. Muita gente vai estar presente lá. Vem o Naldo, o Dexter, os Danados, Os De Paula. Vamos ter muita gente com sapiência. Quero dizer que fomos uma das primeiras pessoas que gravou para esse festival. A menina chegou lá no gabinete e falou: *“Eu vou fazer um festival para falar da redução da maioria”*. *“Pode ser agora?”* Já saí gravando. Estamos tomando outras providências também. Nós estamos precisando de coisas para os grafiteiros. Então, estamos precisando dessa tinta para o pessoal fazer lá um trabalho. Vão acontecer várias ações artísticas durante esse festival. É uma coisa fantástica, e temos que botar a arte em tudo o que fazemos.

Eu só tenho a dizer o seguinte, muito simplesmente: estou fazendo 40 anos de carreira neste ano. Desde 1975, quando comecei, eu grito pelo povo, principalmente pelo povo negro. Tive o meu castigo, fiquei 5 anos fora da mídia porque falava dessas coisas. Fui considerada cantora de protesto. E sempre fui criticada pelo seguinte fato: *“Lá vem a Leci com a negrada para cá!”*. E nós estamos em 2015, e continua o mesmo papo. Quer dizer, eu acho que valeu cantar, não é? Valeu cantar, valeu compor, valeu fazer uma série de coisas. Sou pequenininha, não



tenho nada. Não tenho poder, não tenho nada. Isto aqui não é poder, isto aqui é missão. Aqui, dentro desta Assembleia, temos missão.

Quando é que eu poderia imaginar que íamos estar aqui, juntamente com o Deputado Federal Orlando, que foi o mentor da minha vinda para esta Casa, e vocês que nos ajudaram, juntamente com Deus e os orixás? Quando é que eu poderia imaginar que hoje Brasília e essa juventude toda estariam aqui? Estava todo mundo aqui, todo mundo falou, bacana, o que quis. Palavrão? Não é problema falar palavrão aqui, não. Pior é fazer ação contra o povo. Isso, para mim, é muito pior. *(Palmas.)*

Aqui é a Casa do povo e a Casa da liberdade. Espero em Deus que esta CPI realmente traga a resposta que todos nós queremos, merecemos e precisamos.

Quero agradecer a cada um que veio aqui. Já são 15 para as 11 horas da noite e está todo mundo aqui. E há um detalhe, como eles falam: não tem cerveja, não tem batucada, não tem pagode, não tem nada. Aqui temos sabem o quê? Cabeça boa. Todo mundo aqui... É aqui, é na ideia! Não é isso? É na ideia! Vamos que vamos!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Obrigado, Deputada Leci.

Quero agradecer à equipe da Câmara dos Deputados que se deslocou de Brasília até aqui. Está aqui desde domingo, não é isso, Presidente? Só amanhã vai voltar para casa. Muito obrigado.

Para encerrar, o nosso Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, tem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Rapidinho, também quero agradecer à Deputada Leci Brandão, por organizar a nossa vinda aqui ao Estado, junto com o Deputado Orlando. Quero agradecer aos movimentos, porque eu sei que participaram ativamente, e ao nosso Secretário da Juventude da Prefeitura de São Paulo, o companheiro Claudinho. Na pessoa dele, agradeço a todos. Começar a agradecer é ruim, porque se esquece muita gente. Então, desculpem-me por não citar todos.

Para encerrar, quero dizer que a CPI não vai resolver todos os problemas. É evidente que não. E não vai resolver da noite para o dia. Mas a CPI vai deixar marcas profundas. Quais são essas marcas? Primeiro, a Deputada Relatora já me



confessou, e eu vou fazer uma confissão, um depoimento. Se depender dela, de mim, do Orlando, de parte da Comissão, nós vamos definir que há genocídio no Brasil. *(Palmas.)*

Inclusive, eu quero pedir apoio aos Deputados. Já há um ofício pedindo à CPI que aprove a ida de membros da CPI à Comissão de Direitos Humanos da OEA — Organização dos Estados Americanos, para denunciar o Brasil. *(Palmas.)*

Segundo ponto. Nós vamos deixar muitas pautas, inúmeras emendas à Constituição, inúmeros projetos de lei. Talvez, ouvidoria independente e autônoma, corregedoria, perícia, IML, planos decenais.

O que não vai faltar é pauta para continuar dando visibilidade ao tema; pautas que o Parlamento terá que concluir, com a força de uma CPI e com o acordo político estabelecido com o Presidente de que imediatamente serão constituídas duas novas Comissões: uma que vai rediscutir a concepção sobre segurança pública, repensar o pacto federativo republicano sobre a segurança, responsabilizando a União e os Municípios.

Nós estamos aqui no Estado de São Paulo, e poderíamos dizer que tudo é responsabilidade do Estado. Mas a União é que traça a estratégia e o plano do País. Nem tudo passa só pelo Município. Nascemos e morremos no Município, mas a União é responsável pela estratégia de desenvolvimento deste País. Ela tem responsabilidade pela morte dos negros. Ela não pode ser omissa.

O Município também não pode aceitar uma operação de uma concepção estadual sobre segurança que invade a sua comunidade e sai matando sem perguntar, sem informar. É um sistema novo de segurança pública que nós queremos.

Se tivesse força, eu queria resolver um problema que os Constituintes não quiseram apreciar, que é definir o que é ordem pública. Perguntei a vários que foram a CPI: “O que é ordem pública?”. “Ah, não mexe com isso, não, Deputado. Isso é um pântano. Eu sei o que é desordem pública.” É fácil não definir o que é ordem pública, porque, em nome da falsa ordem pública, matam pobre e negro no Brasil. *(Palmas.)*

Também quero dizer que nós vamos deixar inúmeros projetos de leis, inúmeros. O mais importante é o plano de metas republicano. Nós queremos obrigar. Nós viemos aqui, Deputada Leci Brandão, para dar mais uma missão à



senhora. Um Estado como São Paulo tem a obrigação de desenhar o seu plano estadual. Deveria ser o primeiro Estado, pois é a economia mais forte.

Aqui, as estatísticas dizem que os homicídios reduziram. Não sei se é verdade ou não, porque há quem diga que aumentaram os desaparecimentos. Mesmo assim, o Estado mais rico do Brasil, com quase mais de 30% do PIB, não pode admitir matarem 23 pessoas a cada 100 mil. No máximo, tinha que estar no padrão da Europa, de 2 a 4. É muito! É muito cadáver! Como tem muita gente, é muito cadáver, mais ainda do que um Estado que tem pouca gente. São vidas! Por trás da estatística há pessoas. E eu já falei e quero repetir: há mulheres, mães, avós, viúvas que sofrem. São as principais vítimas da violência do Estado brasileiro.

Por último, depois de tudo isso, como dizem lá em Minas, *“água mole em pedra dura tanto bate até que fura”*. Eu espero que furemos o bloqueio da mídia, da elite branca, que não quer dar visibilidade, porque são negros e pobres. Se fosse filho de político, de empresário, de branco, de Deputado, neste Brasil já haveria uma guerra civil.

O menino do levante falou uma coisa séria: *“Para o bem ou para o mal”*. Espero que seja para o bem de um Estado que respeita a todos igualmente. Ou faz um programa republicano, coloca dinheiro, faz política afirmativa e reduz a mortalidade, a letalidade, a injustiça, a impunidade, ou senão... O que aconteceu nos Estados Unidos é fichinha. Lá, leva 30 anos para acontecer o tanto de homicídio que vemos aqui. E olhem que esta sociedade, que nós, Governo Lula e Dilma, saímos de 2% de universitários para 10%, passamos as cotas no serviço público. No Judiciário, o Ministro Ricardo Lewandowski fez reparação de danos e colocou 20%. Nós somos autores de projeto no Legislativo. O Ministério Público vai votar cotas na semana que vem. Essa moçada, quando tiver seus filhos vítimas de um preconceito seletivo de segurança pública, vai descer para o centro e botar fogo em tudo. Espero que não seja por aí que nós vamos tomar a consciência dos brancos, das elites, do poder institucionalizado, que é racista, para mudar o Brasil. Eu espero que seja pelas políticas, pela luta ou pela força. Estamos juntos. (*Palmas.*)

Antes de encerrar os trabalhos, convoco reunião para amanhã, às 14h30min, quando ouviremos o Estado de São Paulo: o Secretário de Segurança Pública, o



Comandante da Polícia Militar, o Comandante da Polícia Civil e a Defensoria Pública.

Fiquem com Deus! Muito obrigado.

Declaro encerrados os nossos trabalhos.